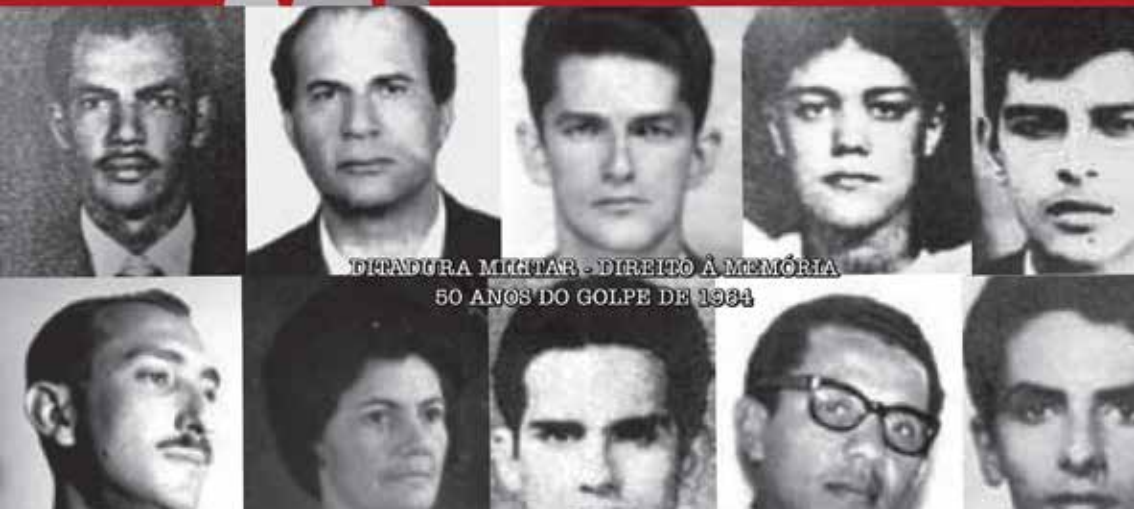




MORTOS E DESAPARECIDOS BAIANOS



DITADURA MILITAR - DIREITO À MEMÓRIA
50 ANOS DO GOLPE DE 1964





MORTOS E DESAPARECIDOS BAIANOS



DITADURA MILITAR - DIREITO À MEMÓRIA
50 ANOS DO GOLPE DE 1964

Expediente

PRESIDENTA DA REPÚBLICA	Dilma Rouseff
MINISTRA DA SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Maria do Rosário
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA	Jaques Wagner
VICE-GOVERNADOR	Otto Alencar
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO	Oswaldo Barreto
SECRETÁRIO DE CULTURA	Albino Rubim
SUBSECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO	Aderbal de Castro
CHEFE DE GABINETE	Paulo Pontes
SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Amélia Maraux
SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO	Ana Catapano
SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Almerico Lima
SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL	Eni Bastos
SUPERINTENDENTE DE ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO DA REDE ESCOLAR	Paulo Assis
DIRETOR-GERAL	Wilton Cunha

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	Nildon Pitombo
DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA	Irene Cazorla
COORDENADORA DO TOPA	Elenir Alves
ASSESSOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	Sergio Miranda
ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO	Cláudia Oliveira
OUIDOR	Francisco Neto
COORDENADORA DO PROJETO DITADURA MILITAR - DIREITO À MEMÓRIA	Tânia Miranda
EQUIPE TÉCNICA	Magali Ferreira Alex Oliveira Kely Cruz
REVISÃO DE TEXTOS	Lucília Coimbra
CAPA E DIAGRAMAÇÃO	Geraldo Carvalho



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE
CULTURA



Secretaria de
Direitos Humanos



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

5ª Avenida Nº 550, Centro Administrativo da Bahia – CAB

CEP: 41.745-004 – Salvador, Bahia.

(71) 3115.1401

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA

Palácio Rio Branco, Praça Thomé de Souza, s/n – Centro

CEP: 40.020-010 – Salvador, Bahia.

(71) 3103.3400

Os textos deste catálogo foram extraídos do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, editado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2007. Todos os casos aqui relatados foram objeto de processo na referida Comissão e os familiares das vítimas indenizados pelo Estado brasileiro. A íntegra do livro, com os textos completos, pode ser acessada no portal www.sedh.gov.br.

Apresentação

MORTOS E DESAPARECIDOS: MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

O passado não pode ser modificado. Mas conhecê-lo pode mudar o futuro.
Comissão Nacional da Verdade - 2014

O Governo do Estado da Bahia, por meio das secretarias da Educação e de Cultura, aproveita a passagem dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964 que golpeou a democracia e cidadania brasileiras para lembrar a tragédia de centenas de brasileiros e brasileiras, particularmente os 30 baianos, que tombaram na luta contra a opressão e a violência do Estado ditatorial.

O golpe que implantou uma longa ditadura foi traumático para todo o país, em especial para a sua juventude. Sufocou talentos, expulsou estudantes e docentes das universidades, limitou o aprendizado a um currículo escolar distante da realidade em que vivíamos, fechou grêmios e entidades estudantis regionais e nacionais, proibiu peças teatrais e músicas, invadiu teatros, sindicatos e associações, censurou a imprensa, exilou poetas... Acima de tudo, a ditadura prendeu, torturou, sequestrou e assassinou pessoas.

Extraímos do livro DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, os casos dos combatentes baianos mortos e desaparecidos. Estamos certos de que são muito mais. Suspeitas de outros assassinatos existem, embora não ainda comprovados, como exemplo, a do nosso educador maior, Anísio Teixeira. A ditadura usou a dissimulação de supostos acidentes e desaparecimentos na tentativa de acobertar seus crimes. A luta sofrida, incansável de familiares, sobreviventes, pesquisadores, entre outros, tem trazido à tona ao longo dos anos os crimes que a ditadura tanto se esforçou em esconder.

A luta de uma geração de jovens, na sua grande maioria de 18 a 24 anos, foi fundamental para a democracia em que vivemos hoje, assim como os mortos das inúmeras revoltas populares contra a violência do Estado, ao longo da história do Brasil. Não sobreviveram para viver a liberdade conquistada que seus exemplos possibilitaram. A luta não foi em vão. Dão oportunidade às atuais e futuras gerações de se inspirarem nas suas histórias para impedir que jamais volte a se instalar uma ditadura no País. Depende de todos e de cada cidadão e cidadã brasileira, independentemente das convicções políticas, manter-se intransigente em defesa da democracia.

Nossa mensagem para a juventude é que esse pequeno-grande livro faça a verdade falar, traga esclarecimentos históricos a partir do que outros jovens sofreram em passado recente, e, sobretudo, que seja um instrumento para discussões e reflexões em sala de aula, levando nossos jovens a se tornarem defensores da liberdade que vivemos hoje e que custou tantas vidas. A maioria dos que sobreviveram são hoje idosos que cumprem a missão de não deixar que se esqueçam os males de uma ditadura para uma sociedade. Ditadura nunca mais! Democracia sempre!

É fazer valer a mensagem do Hino da Bahia. "Nunca mais o despotismo regerá nossas ações, com tiranos não combinam brasileiros corações..."

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
ALBINO RUBIM - SECRETÁRIO DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA

Contexto histórico

Não sou jornalista ou poeta para escrever uma introdução com os adjetivos necessários para esta obra. Como professor de história, minha escrita é outra. Encarregado de dar o pontapé inicial nessa leitura soou para mim como uma homenagem. Tomar conhecimento de uma pequena parte da história, de cada um desses que tombaram lutando contra a ditadura, que está sendo contada nesse livro, pode parecer algo transcendental e de pouca lógica. Mas não é assim. Naqueles tempos, acreditava-se no que se pregava. Não acho que os que resistiram à ditadura, e, principalmente, os que tombaram mortos, estejam no rol dos heróis, como alguns desejam rotular.

Conheci nove dos mortos pela ditadura militar, dos quais cinco eram baianos. Alguns, com mais intensidade, por pertencer à mesma organização em que eu militava, e outros, como Uirassu de Assis Batista, através de contatos ligeiros, tentando convencê-lo a participar do meu grupo. Não é muito fácil rememorar tais episódios. As lembranças são inevitáveis e por vezes dolorosas. Lembro-me de Antônio Jorge Sanches de Almeida, numa conversa, relatando como foi difícil para ele escrever um memorial de concurso (no qual devia relatar sua experiência de vida) para professor da Ufba em que fora aprovado.

Novos atores no plano internacional firmavam esperanças e abriam novos caminhos para os comunistas descontentes dentro do Partidão, ao tempo em que animavam uma jovem esquerda comunista sem os vícios do grande Partido. Em Cuba, consolidava-se a revolução socialista que buscava ardentemente um aliado ideológico na América Latina e, por conta disso, se empenhava apoiando movimentos que pudessem viabilizar um novo país socialista no continente. No Vietnã, a guerrilha dos *vietcongs* resistia à invasão norte-americana e prometia tempos difíceis para os agressores.

Aliado a tudo isso, a publicação do livro de Régis Debray, a *Revolução na Revolução*, inspirado na guerrilha cubana, provocou um *frisson* de adesões. Apesar das críticas pontuais à teoria de Debray, de um modo geral, ela influenciou alguns grupos que optaram pela luta armada contra a ditadura.

Aqui na Bahia, como no restante do País, os debates dentro do Partidão foram pródigos em “rachas” (dissidências). Depois de um processo de luta interna, no final de 1967, um grupo de militantes saiu do partido e logo em seguida, já se dividia. Havia muito combustível teórico para a sustentação

dos debates, que, muitas vezes, se definia apenas por um título, ou a definição do que era “povo”, se incluía ou não a burguesia nesse conjunto, e por aí vai.

Cheguei ao Colégio da Bahia (Central) em 1967, com 16 anos, egresso de uma escola idealizada por Anísio Teixeira – a Escola Parque. Fui tomado por um universo de gente de origens, perspectivas, percepções de mundo e interesses muito diversos. Impressionante como o Central era uma usina de ideias. Ao tomar conhecimento de algumas biografias contidas nessa publicação, é possível perceber como isto é verdade. Somente para citar três exemplos como verão adiante: Marighella, Mauricio Grabois e Sérgio Furtado.

O 1º semestre daquele ano ocorreu dentro de uma normalidade tensa. Comecei a me interessar pelos debates que eram organizados pelos próprios estudantes. Realizou-se um grande debate opondo, de um lado, a corrente comunista, e, do outro, os animalistas (pensamento próximo do anarquismo). Particpei de todos. Esse meu interesse resultou em conversas com o meu colega de classe Jose Piauhy Dourado que me emprestou um livro sobre o comunismo. Fiquei assustado com o título e assunto do livro. Mas li.

No segundo semestre, quando pipocou a luta contra a Lei Orgânica do Ensino Médio, já me encontrava à vontade no meio das passeatas, a ponto de fazer discurso em cima de uma barraquinha na frente do Colégio Central. O engajamento era enorme, e sem, muita informação do comando das passeatas, terminei mobilizando escolas à revelia do comando de greve. Mas tudo estava valendo naquele momento.

Por intermédio de Piauhy, fui convidado a participar de um grupo de discussão de filosofia. Com o andamento dos encontros, ficou constatado que a única filosofia a ser tratada era a marxista. O líder do meu grupo era Sérgio Landulfo Furtado. Estava começando minha militância política na esquerda marxista.

Ainda sem muito aprofundamento, me tornei quadro de uma das dissidências do Partidão. Recebi um “nome de guerra” e não entendi muito bem por que aquilo. Pensava inocentemente: “ora, se conheço todo mundo pelo primeiro nome porque usar um nome diferente?” Fui convencido de que, em nome da segurança de todos, era por demais necessário. Certa vez, em uma reunião clandestina, um companheiro chamou o outro pelo nome verdadeiro. Menino! foi um rosário de críticas ao “liberalismo” (pois era uma situação grave) do “malfeitor”.

A vida de um militante da esquerda, armada ou não, se pautava, primeiramente, no aprofundamento da teoria de sua organização ou partido. Sendo um quadro (aquele que já foi admitido como efetivo membro e tinha responsabilidade quanto às discussões e tarefas), teria que se confrontar politicamente com outros em ambiente público, e saber defender suas teses, desmontar os argumentos opostos e sobretudo convencer da justeza daquilo que estava no programa de seu grupo. De início, o ainda simpatizante passava por um aprofundamento teórico capaz de embasar as teses da organização. No meu caso, com 17 anos, já tinha lido os clássicos brasileiros (Caio Prado Jr., Celso Furtado, Octávio Ianni, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, entre outros), uma literatura marxista básica, e naturalmente “O que fazer?” de Lenin.

A disciplina era algo imprescindível. Chegar no “ponto” (encontro) marcado sem qualquer atraso. Observar todos os parâmetros da segurança estabelecida pela organização, esperar sua vez para falar quando nos debates internos. Não deveria ser chamativo no usar das roupas, no falar e no comportamento em geral. Neste caso, convinha estar muito parecido com as pessoas próximas, a fim de não chamar a atenção da repressão. Namorar alguém que não fosse da organização era algo muito complicado; nesse caso, era melhor evitar (não havia proibição expressa).

Dentro dos parâmetros da disciplina, nada era mais importante do que se submeter ao “centralismo democrático”. Os debates decisórios situavam-se em torno das linhas políticas gerais da organização, das estratégias e das táticas. Tudo isso se realizava dentro de um ambiente de muita participação dos militantes. A partir de então, era dado à direção política o papel de encaminhar, com agilidade, as decisões. Cabia a todos os militantes tomar parte e viabilizar o que foi decidido nos debates, não importando sua posição inicial se contra ou a favor (isso era o “centralismo democrático”). Em muitos casos, era, inclusive, aquele militante que defendeu uma posição contrária nos debates a colocar em prática o que foi decidido. As tarefas tinham que ser cumpridas pelos mais capazes de levá-las adiante. O companheiro que não encaminhasse as decisões do coletivo seria conduzido a uma reunião onde sofreria críticas duríssimas por quebra da disciplina, sob o argumento de colocar em perigo a organização.

O aprofundamento da militância era a clandestinidade. Neste caso, era necessário alugar uma moradia denominada de “aparelho” (casa ou apartamento). As normas para a sua utilização tinham que ser seguidas e era da responsabilidade de quem o ocupava. Ninguém além dos responsáveis deveria saber o endereço. No caso da necessidade de uma reunião com pessoas não moradoras, as normas indicavam que fossem conduzidas de

olhos vendados (usavam-se óculos escuros pintados por dentro), seguindo por caminhos tortuosos no intuito de confundir. Estabelecia-se conversa a fim de distrair o conduzido, e tornar mais difícil para ele deduzir o caminho.

O dia a dia do militante era de cobrir (chegar) “pontos” (local onde se realizava um encontro), no qual alguma atividade era realizada, desde passar e cobrar tarefas, discutir alguma ação ou fazer articulação com outras organizações. Hoje, distante no tempo, é difícil imaginar como isso ocupava grande parte do dia. Mas era real.

A maior ocupação do militante era o planejamento e execução de alguma ação contra a ditadura. Pichações, fixação de cartazes em bairros pobres, realização de comícios relâmpagos em ponto de ônibus ou alguma “desapropriação” (“roubo”). Esta última atividade ia desde o furto de um mimeógrafo, chapas de carros até uma ação armada contra um banco ou algum local que tivesse dinheiro. Vinha desta última atividade a sustentação financeira de grande parte das organizações que fizeram a opção pela luta armada. Já os partidos tradicionais, o PCB, por exemplo, possuía uma rede de simpatizantes colaboradores.

A depender do disfarce do militante clandestino, uma rotina tinha que ser seguida. Todos os dias tinha que sair naquele mesmo horário, se não tinha atividade ficava pegando um ônibus atrás do outro passando o tempo. Permanecer trancado em casa poderia levantar suspeita da vizinhança. Além do mais, sua estória de fachada tinha que ser mentalizada, para dar respostas rápidas e seguras. Falar pouco, sem ser indelicado, era o esperado, pois, como diz o ditado popular, “quem conversa demais dá bom-dia a cavalo”.

Os “quadros” das organizações que optaram pela luta armada deveriam ter um treinamento militar básico. Diga-se de passagem, muito aquém do necessário e abaixo do precário. As armas e as munições não eram confiáveis diante de sua antiguidade. Poucos sabiam dos cuidados necessários à sua manutenção. Os quadros de maior responsabilidade andavam permanentemente armados, para reagir no confronto com a repressão.

Esse pequeno relato, apesar de se basear numa experiência pessoal objetivou dar ao leitor uma ideia da vida do militante. O triste conteúdo desse livro pode deixar o leitor sem compreensão, perguntando: “como tudo isso foi possível? por que eles insistiram? não estava vendo que não daria certo?” Para responder a isso, é bom lembrar que vivíamos numa espécie de gueto. Nossos interlocutores éramos nós mesmos que pensávamos da mesma maneira. O que realmente incomodava era o não crescimento

numérico. Víamos cada vez mais o nosso número cair sem reposição. Mas, nada como uma ação espetacular, que mostrasse ao povo a justeza daquilo que defendíamos.

Não éramos ingênuos. A partir do início dos anos de 1970, o cerco aumentou e a repressão ficou mais “profissional”, ao tempo em que ampliava sua intensidade. Foi nesse momento que as prisões e mortes foram se sucedendo com mais voracidade, dentro de uma estratégia militar de eliminação dos ícones da esquerda armada.

Dar conhecimento da violência perpetrada pelos militares responsáveis pela ditadura, contra o cidadão brasileiro, é importante para que a juventude de hoje e de amanhã, possa se armar de um saber de sua história. A publicação desta memória não tem o espírito revanchista como alguns conservadores apregoam. Com certeza, a democracia de hoje deve, e muito, aos que ousaram desafiar o arbítrio da ditadura. Caro leitor, seja qual for a sua posição política-ideológica, com certeza, concordamos: todos os que lutaram merecem o nosso profundo respeito.

Convido-o a uma leitura que, por certo, irá lhe emocionar.

José Carlos de Souza – atualmente professor de história do ensino médio. A partir de 1967 atuou como militante do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), tornando-se clandestino aos 19 anos. Foi preso e condenado pela Auditoria Militar da 6ª Região Militar aos 21 anos. Cumpriu dois anos de prisão. Na década de 1980, foi presidente do Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino.



PEDRO DOMIENSE DE OLIVEIRA (1921-1964)

Número do processo: 044/96

Filiação: Januária Domiense de Oliveira e João Fagundes de Oliveira

Data e local de nascimento: 14/05/1921, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 07 ou 09/05/1964, Salvador (BA)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes (1º) e Suzana Keniger Lisbôa (2ª)

Deferido em: 02/10/97 por 6x1, (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 14/10/97

Natural de Salvador, o funcionário público Pedro Domiense era casado com Maria de Lourdes Santana Domiense de Oliveira, com quem teve três filhos. Foi presidente da Associação dos Posseiros do Nordeste de Amaralina, da Sede Beneficente dos Moradores de Ubaranas e das Classes Fardadas do Departamento de Correios e Telégrafos de Salvador (BA). Começou a militância política no Colégio Central da Bahia. Concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras, mas interrompeu os estudos em função de perseguições políticas. Havia trabalhado no jornal O Momento, ligado ao PCB, sendo espancado com outros colegas quando o Exército efetuou ocupação de sua sede. Em 1950, ingressou no Departamento de Correios e Telégrafos.

Foi preso no dia 04/05/1964, na sede dos Correios, em Salvador. Segundo a versão oficial, suicidou-se no Quartel da 6ª Região Militar, no dia 09/05, mas uma testemunha indica taxativamente o dia 7 como data da morte. Consta como causa mortis, "intoxicação aguda exógena", assinada pelo legista Edgard dos Passos Marques. Sua esposa passou um ano sendo vigiada pelo Exército.

O primeiro relator na CEMDP considerou que a única prova "de que Pedro Domiense de Oliveira fora preso por motivos políticos" era uma breve notícia de jornal e deu parecer pelo indeferimento. Foi apresentado um pedido de vistas do processo e, em 19/11/1996, a relatora apresentou o voto pelo deferimento, com novas provas documentais. Constatou que, apesar de o nome de Pedro Domiense não constar do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, fazia parte de outras listas de mortos elaboradas anteriormente, inclusive dos Anais da Comissão Mista sobre Anistia do Congresso Nacional.

Constou também no novo relatório um recorte do jornal A Tarde, da Bahia, onde se lê, sob o título Expurgo no DCT, que fora "determinada a prisão de Pedro Domiense de Oliveira, ex-presidente das Classes Fardadas do DCT, encaminhado para a 6ª Região Militar para o devido interrogatório, dentro do plano de expurgo iniciado dias atrás pelo atual diretor regional dos Correios". Foi anexado, ainda, depoimento de Maria Helena dos Santos, que presenciou



a prisão de Pedro, declarando que ele foi conduzido por dois soldados do Exército que informaram estar sendo levado ao Quartel General da 6ª Região Militar, na Mouraria, para interrogatório. “No mesmo dia 4 de maio de 1964, me dirigi à 6ª Região Militar para saber o paradeiro do sr. Pedro Domiense e o coronel Maurino informou-me que ele estava preso e incomunicável. Retornei à casa dos seus familiares, que estava tomada por soldados do Exército, e informei à sua esposa o que me foi dito pelo coronel Maurino”.

No dia 06/05/64, um vendedor ambulante contou à sra. Maria de Lourdes que, ao passar nas imediações da Base Aérea, no local conhecido como Santo Amaro, havia visto o Sr. Pedro Domiense quase morto. Maria se dirigiu ao local e levou o marido à Base Aérea, que, imediatamente, o encaminhou à 6ª Região Militar. Chegando lá, o mesmo coronel Maurino mandou levá-la em um carro, acompanhado por soldados, até o Pronto-Socorro Getúlio Vargas. No dia 7 de maio de 1964, o sr. Pedro Domiense de Oliveira faleceu às 15h10.

Ao encaminhar o deferimento, a relatora ressaltou que as reais circunstâncias da morte de Pedro não poderiam ser restabelecidas, mas que a versão de suicídio por ter ingerido veneno durante a prisão era insustentável. A CEMDP solicitou novas diligências para confirmar a data da prisão. Em reunião do dia 02/10/1997, a relatora apresentou um Adendo ao Relatório, em resposta às diligências solicitadas. Agregou que o Comando Militar do Nordeste, em ofício assinado pelo general Cândido Vargas de Freire, comandante da 6ª Região Militar, informava não dispor das ordens de prisão e soltura de Pedro Domiense de Oliveira, ou de qualquer outro documento sobre ele. Acrescentou a relatora que o IML encaminhara o laudo de exame cadavérico, reafirmando a morte por intoxicação, e que os peritos teriam enviado fragmentos do estômago e fígado para exame toxicológico, sendo detectada a presença de substâncias utilizadas em raticidas ou inseticidas. Foi, ainda, anexado depoimento de Washington José de Souza, companheiro de prisão de Pedro Domiense, afirmando que ele foi torturado. A relatora reiterou o pedido de deferimento, que foi então acatado por 6 x 1.



PÉRICLES GUSMÃO RÉGIS (1925-1964)

Número do processo: 215/96

Filiação: Laudicéia Gusmão de Freitas Silva e Adalberto Régis Keler da Silva

Data e local de nascimento: 05/12/1925, Vitória da Conquista (BA)

Organização política ou atividade: vereador do MTR

Data e local da morte: 12/05/1964, Vitória da Conquista (BA)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 30/01/97 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 18/02/1997

Casado e pai de quatro filhos, estando sua esposa no sétimo mês de uma nova gravidez, Péricles Gusmão Régis era vereador em Vitória da Conquista (BA), do partido Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Foi preso no Quartel da Polícia Militar (9º BPM/VC), em 06/05/1964, junto com o prefeito, Pedral Sampaio, e várias pessoas de seu grupo político. O vereador era líder do prefeito na Câmara Municipal. De acordo com a versão oficial, foi encontrado morto no dia 12/05/1964. O médico oftalmologista Hugo de Castro Lima, preso na mesma época, atestou como “causa mortis anemia aguda, devido à hemorragia externa, à secção de vasos sanguíneos (suicídio)”.

Péricles foi detido por ordem do comandante do 19º Batalhão de Caçadores do Exército, para responder a IPM presidido pelo capitão Antonio Bandoqui em razão de “crime contra a segurança nacional”. No inquérito consta que: “Após prolongado interrogatório, realizado em dependências daquele quartel (...) Péricles (...) foi reconduzido à ‘sua’ cela, onde foi encontrado morto, em 12/05/1964”. Na verdade, o vereador foi interrogado ininterruptamente das 7 horas do dia 11 de maio às 2 horas do dia seguinte.

O relator na CEMDP ressaltou em seu voto o depoimento do radialista Gilson Moura Silva, que ficou na cela até mais de meia-noite do dia 11/05/1964, quando chegaram dois soldados trazendo Péricles, que, segundo eles, “terminara seu longo e tenso interrogatório”. Gilson recebeu ordens de sair da cela para que o vereador ficasse sozinho. “Péricles estava muito deprimido, semblante carregado, muito diferente daquele que eu encontrara dias atrás (...). Mais tarde vimos passar Dr. Hugo de Castro Lima. Horas depois é o próprio Hugo que nos dá a pavorosa notícia da morte de Péricles. Ele não suportara a tortura mental que sofrera na cela, isolado, após o interrogatório”.

No depoimento de Raul Carlos Andrade Ferraz, consta que “a cela já estava um pouco vazia (...) e quando Péricles voltou (...) o fez apenas para apanhar seus pertences pessoais (...) Foi proibido de conversar (...) estava transtornado (...)”



saiu e foi para outra cela (...) Pouco depois, ouvi vozes e vi Dr. Hugo de Castro Lima entrar pelo corredor e, segundo soube em seguida, este efetuou autópsia e concluiu que Péricles teria se suicidado, teria se cortado com gilete, nos pulsos, no pescoço e no braço”.

O relator acrescenta em seu voto que, nos depoimentos das pessoas mencionadas, ficou clara a militância política de Péricles, o que causou a sua prisão no quartel da Polícia Militar, restando comprovado que, “tendo sido acusado de participação em atividades políticas, faleceu por causas não naturais, muito provavelmente por suicídio, em dependência policial militar”. O reconhecimento da morte de Péricles Gusmão Régis como responsabilidade do Estado foi aprovado por unanimidade, com ressalva à versão de suicídio, apresentada pelos conselheiros Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda.

.....

CARLOS MARIGHELLA (1911-1969)



Número do processo: 272/96

Filiação: Maria Rita do Nascimento Marighella e Carlos Augusto Marighella

Data e local de nascimento: 05/12/1911, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 04/11/1969, São Paulo (SP)

Relator: Luís Francisco de Carvalho Filho

Deferido em: 11/09/1996 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e de Paulo Gonet Branco)

Data da publicação no DOU: 18/09/1996

.....

Líder da ALN e considerado inimigo número 1 do regime militar em 1969, foi atingido na aorta por uma bala disparada quase à queima-roupa, e não por projéteis desferidos a distância em um tiroteio, como alegaram os órgãos de segurança. Entre estas e outras evidências inquestionáveis, um parecer médico-legal confirmou: o corpo de Marighella não poderia estar na posição em que se encontrava nas fotos, dentro do carro, caso a versão oficial correspondesse à realidade.

Carlos Marighella, um dirigente comunista conhecido nacionalmente há três décadas, vivia na clandestinidade quando foi morto, em São Paulo, no dia 04/11/1969. Baiano de Salvador, filho de um imigrante italiano e de uma negra descendente de escravos, rebelde desde os tempos em que estudava Engenharia, passou por diversas prisões desde 1932, quando, recém-filiado à Juventude do Partido Comunista, escreveu um poema criticando o interventor de Getúlio Vargas na Bahia, Juracy Magalhães. Preso novamente em 1936, foi torturado durante 23 dias. Solto por decisão do ministro

Macedo Soares em 1937, voltou às masmorras de Filinto Müller em 1939, derrotando novamente os seus torturadores. Foi libertado em 1945, depois de anos nos cárceres de Fernando de Noronha e da Ilha Grande. Na CPI que investigou as violências praticadas durante a ditadura de Vargas, o médico Nilo Rodrigues afirmou nunca antes ter presenciado tamanha resistência a maus-tratos e tanta bravura.

Foi eleito deputado pelo Partido Comunista à Assembléia Constituinte de 1946, ocupando a tribuna 195 vezes em apenas dois anos para fazer inflamados discursos. Perdeu o mandato quando foi cassado o registro legal do Partido, no governo Dutra, sendo impelido à militância clandestina até sua morte. Logo após abril de 1964, foi ferido a bala quando tentou resistir à prisão pela polícia política do Rio de Janeiro, num cinema da Tijuca. Em 1967, rompeu com a direção do PCB e passou a dedicar-se a atividades de resistência armada, criando uma organização político-militar que, em 1969, adotaria o nome ALN.

Morreu em uma via pública de São Paulo, durante emboscada de proporções cinematográficas, na qual teriam participado cerca de 150 agentes policiais equipados com armamento pesado, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS que respondeu a inúmeros processos por liderar um grupo de extermínio de marginais, autointitulado Esquadrão da Morte. A gigantesca operação foi montada a partir da prisão de religiosos dominicanos que atuavam como apoio a Marighella. Na versão oficial, um deles foi levado pelos policiais à livraria Duas Cidades, onde recebeu ligação telefônica com mensagem cifrada estabelecendo horário e local de encontro na alameda Casa Branca.

As versões de sua morte guardam contradições e alimentam agudas polêmicas. Em algumas delas, chegam a ser mencionados dois tiroteios simultâneos, em esquinas diferentes. Na versão de um relatório policial, Marighella foi precedido por um batedor e apareceu disfarçado, usando peruca. Alguns documentos mencionam que ele chegou de carro; outros dizem que chegou andando. Para uns, puxou uma arma da cintura; segundo outros, trazia dois revólveres em uma pasta, junto com granadas. Seus protetores teriam fugido pulando um muro ou utilizando um furgão. Existe até mesmo um relato de que ele teria provocado sua própria execução, gritando "Abaixo a ditadura! Viva a democracia!". Carlos Marighella foi enterrado sem atestado de óbito. O sepultamento baseou-se em um ofício com seus dados pessoais, fornecido pelos órgãos de repressão. Além disso, existe apenas uma guia policial assinada pelo legista Harry Shibata, médico que alcançaria notoriedade em 1975, ao assinar um laudo farsante sobre a suposta morte por suicídio de Vladimir Herzog.



A precariedade de documentos, o confronto das versões, contradições e inverdades flagrantes constituíram o foco do trabalho da CEMDP e a base para julgar se Carlos Marighella tinha morrido num enfrentamento ou se tinha sido executado. O relatório final apoiou-se, inclusive, em documentos do DOPS e da Secretaria de Segurança Pública. O processo teve um pedido de vistas por parte do general Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas na Comissão Especial, mas acabou sendo deferido em setembro de 1996.

Fato inegável é que o local da ocorrência não foi devidamente preservado ou não houve a necessária perícia, pois inexistiam fotografias e exames dos objetos que comprovariam a tentativa de reação do emboscado. A suposta pasta e a arma do guerrilheiro apareceram no Instituto Criminal de Balística 22 dias depois. Embora cientes da impossibilidade de recompor plenamente os fatos, passados tantos anos, membros da CEMDP solicitaram parecer do médico legista Nelson Massini, que forneceu elementos conclusivos para afastar a possibilidade de Marighella ter sucumbido em uma troca de tiros.

Uma das informações decisivas no parecer do médico é a de que o líder da ALN foi morto com “um disparo fatal no tórax esquerdo dado com uma arma a curtíssima distância”. Além disso, segundo o perito, o local não foi devidamente preservado pela polícia. Após analisar a foto do militante morto, o perito concluiu: “A posição do cadáver não é natural e, sim, forçada, revelando claramente que o corpo foi colocado no banco traseiro do veículo. Esta informação é baseada nos sinais de tracionamento do corpo para dentro do veículo, revelado pelas rugas da calça e seu abaixamento da cintura, bem como a elevação da camisa, indicando que o corpo foi puxado pela mesma (...) o corpo jamais teria caído para dentro do veículo na posição em que se encontrava (...)”.

O laudo revela, ainda, incompatibilidade entre os ferimentos sofridos por Marighella e as perfurações encontradas no veículo. “Os projéteis que atingiram o corpo do senhor Carlos Marighella não têm correspondente na lateral do veículo por ele utilizado”. Ele se referia aos tiros que atingiram ambos os músculos glúteos. Como a vítima se encontrava sentada, deveriam existir, pelo menos, os furos correspondentes de entrada do projétil na lateral direita do veículo. Também não há perfuração correspondente do lado esquerdo, onde ele foi atingido na coxa.

Ao final de consistentes ponderações, derivadas da análise das contradições detectadas e do parecer de Nelson Massini, o relator do processo na CEMDP justificou seu voto favorável concluindo: “A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policiais. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus

supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa. Carlos Marighella, afirma o parecer médico legal (...), foi morto com um tiro a curta distância depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob seu domínio, e, portanto, sem condições de reagir. Confirma-se, assim (...), que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo (...)."



MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA (1923-1970)

Número do processo: 091/96

Filiação: Julieta Alves de Souza Vieira e Romualdo Leal Vieira

Data e local de nascimento: 14/06/1923, Sento Sé (BA)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 17/01/1970 no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Jornalista, fundador e principal dirigente do PCBR, foi morto em 17/01/70, no Rio de Janeiro, aos 46 anos, sob brutais torturas. Seu nome integra a lista de desaparecidos anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de Sento Sé, fez o curso secundário em Salvador, iniciou sua militância política aos 16 anos e foi um dos fundadores da União dos Estudantes da Bahia. Durante o Estado Novo, participou de congressos e atividades da UNE. Formou-se em Letras, em Salvador, mas nunca chegou a buscar o diploma.

Ingressou no PCB e, em 1945, passou a integrar seu Comitê Estadual na Bahia, sendo eleito em 1957 para o Comitê Central. Nos anos seguintes, atuaria como dirigente comunista no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Dirigiu os jornais Novos Rumos e Imprensa Popular. Após abril de 1964, tornou-se um dos líderes da corrente de esquerda dentro do PCB. Atuando nas difíceis condições de clandestinidade, foi preso, em julho de 1964, no Rio de Janeiro, sendo libertado somente um ano depois por concessão de habeas corpus. Em 1966, teve os direitos políticos cassados por 10 anos. Em 1968, ao lado de Apolônio de Carvalho e outros membros dissidentes da direção do PCB, fundou o PCBR.

Em 16 de janeiro de 1970, perto das 20 horas, saiu de sua casa, no subúrbio carioca de Abolição, e nunca mais voltou. Foi preso pelo DOI-CODI/RJ nessa data e morreu no dia seguinte nas dependências do quartel da rua Barão de Mesquita. As ilegalidades que cercaram a prisão e assassinato do jornalista começaram a ser levadas ao conhecimento das autoridades judiciárias do regime militar em 20/07/1970, denunciadas por presos políticos. Entretanto, o crime nunca foi apurado.



Em depoimento à 2ª Auditoria do Exército no Rio de Janeiro, em 20/07/1970, Salatiel Teixeira Rolins, que seria morto por seus próprios companheiros após ser solto, “afirma que pertencia ao PCBR, tendo presenciado o espancamento e tomou conhecimento da prisão do jornalista Mário Alves no dia 16/01/1970, que faleceu em vista de brutal espancamento que recebera e pela introdução em seu ânus de um pedaço de vassoura”. René Louis Laugery de Carvalho, também em depoimento na mesma auditoria militar, em 20/07/1970 afirmou “que tomou conhecimento, durante os 26 dias que permaneceu naquela unidade (...) da morte de Mário Alves, em consequência de hemorragia interna, decorrente de torturas”.

Carta endereçada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, em 15/07/1980, pelo advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes, denuncia que, no dia 16/01/1970, por volta de 20h, Mário Alves chegou preso ao local onde ele também estava detido, o Quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, tendo ouvido todo o interrogatório, que se estendeu até cerca de 4 horas da manhã. Declarou, ainda, que viu Mário Alves pendurado no pau-de-arara e ser carregado da cela já quase sem vida.

Sua esposa, Dilma Borges Vieira, foi uma das precursoras do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos. Esteve em todos os possíveis lugares onde pudesse buscar notícias e denunciar o desaparecimento do marido - na Marinha, Aeronáutica, IML, cemitérios. O então comandante do DOI-CODI/RJ chegou a dizer-lhe que também ele buscava Mário Alves.

A carta que escreveu em 29/09/1970 a Aparecida Gomide, esposa do cônsul brasileiro sequestrado no Uruguai pelo movimento guerrilheiro Tupamaros, compõe um dramático retrato da época:

“Todos conhecem seu sofrimento, sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama. Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que ‘tenho o coração partido’, que quero meu marido de volta. O seu marido está vivo, bem-tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura, pelo 1º Exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão de Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram dele, onde o jogaram”.

Em A Ditadura Escancarada, Elio Gaspari narra da seguinte forma as condições da morte de Mário Alves:

“No fundo do corredor, havia cinco pequenas celas, cada uma com um colchão de palha no chão, um buraco sanitário no fundo e uma janela gradeada perto do teto. Nelas ficavam os presos que a qualquer momento poderiam ser levados para a Sala Roxa. Não porque houvesse tanta pressa em trazê-los, mas para que ouvissem o que acontecia ao lado. Numa dessas masmorras, estava Antônio Carlos de Carvalho. Noutra, Raimundo Teixeira Mendes. Eles ouviram:

- ‘Teu nome completo é Mário Alves de Souza Vieira?’
- ‘Vocês já sabem.’
- ‘Você é o secretário-geral do comitê central do PCBR?’
- ‘Vocês já sabem.’
- ‘Será que você vai dar uma de herói?’

Mário Alves ficou oito horas na Sala Roxa. No início da manhã seguinte, o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpá-la. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca. Tinha sido empalado com um cassetete. Dois outros presos, militantes do PCBR, reconheceram-no, deram-lhe de beber e limparam-lhe o rosto”.

No livro Combate nas Trevas, Jacob Gorender, também dirigente do PCBR e preso quatro dias depois, acrescenta detalhes sobre as torturas:

“Horas de espancamentos com cassetetes de borracha, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos. Mário recusou dar a mínima informação e, naquela vivência da agonia, ainda extravasou o temperamento através de respostas desafiadoras e sarcásticas. Impotentes para quebrar a vontade de um homem de físico débil, os algozes o empalaram usando um cassetete de madeira com estrias de aço. A perfuração dos intestinos e, provavelmente, da úlcera duodenal, que suportava há anos, deve ter provocado hemorragia interna”.



**JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA (1938-1970)**

Número do processo: 089/96

Filiação: Rosa Leal Gonçalves Pereira e Enéas Gonçalves Pereira

Data e local de nascimento: 26/12/1938, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: AP

Data e local da morte: 20/10/1970, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Desaparecido político, seu nome integra a lista anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de Salvador, engenheiro electricista, trabalhou na Petrobras, na Refinaria de Mataripe, sendo preso em abril de 1964 e, nesse mesmo ano, demitido da empresa estatal. Foi casado com Ana Néri Rabello Gonçalves Pereira, com quem teve quatro filhos. Após ser libertado, trabalhou na Coelba – Companhia de Eletricidade da Bahia.

Foi sequestrado na rua Conde de Bonfim, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 20/10/1970, por agentes do DOI-CODI/RJ. Levado para aquele destacamento no Batalhão de Polícia do Exército, foi acareado com o estudante Marco Antônio de Melo, com quem tinha marcado um encontro de rua. Cecília Coimbra, psicóloga e fundadora, mais tarde, do Grupo Tortura Nunca Mais, presa no DOI-CODI/RJ naquele momento, viu Jorge sendo levado para interrogatório.

Em 06/12/1971, o advogado de Jorge Leal conseguiu a suspensão da audiência de um processo na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, com 63 réus acusados de pertencerem à AP, pelo fato de seu constituinte não ter sido apresentado ao tribunal, mesmo estando preso conforme informações de outros acusados. O Conselho de Justiça decidiu ouvir, então, o depoimento de Marco Antonio de Melo, que confirmou a prisão de Jorge no DOI-CODI. Mesmo assim, o I Exército oficiou à Auditoria da Aeronáutica negando o fato.

Em novembro de 1972, a mãe de Jorge Leal, senhora Rosa Leal Gonçalves Pereira, enviou uma carta, que não obteve resposta, à esposa do presidente da República, senhora Scyla Médici, com o seguinte teor:

“Há dois anos, meu filho Jorge foi preso na Guanabara. Jorge é casado, tem quatro *filhos* e eu, como mãe e avó, venho lhe pedir para ter pena destas crianças que ainda tão pequenas estão privadas do seu amor e do seu carinho. Os meninos têm 8, 6, 4 e 2 anos. (...) E a menina está com 2 anos e meio, e esta não conhece o pai. D. Scyla, perdoe-me tomar algum tempo seu para me ouvir, mas acho que não tenho outra pessoa a quem me dirigir. Assim, faço neste momento, lhe dirijo o pedido de uma mãe e avó à outra: onde está Jorge?”

Nos arquivos do DOPS/PR o nome de Jorge figura numa gaveta com a identificação de “falecidos”. Em 08/04/1987, a revista IstoÉ, na matéria “Longe do Ponto Final”, publicou revelações de Amílcar Lobo, médico cassado pelo Conselho Federal de Medicina em 1989 por participar das sessões de tortura, que afirmava ter visto Jorge no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data. A morte de Jorge e de mais outros 11 desaparecidos foi confirmada por um general entrevistado pelo jornal Folha de S. Paulo, no dia 28/01/1979, cujo nome não foi publicado.



ADERVAL ALVES COQUEIRO (1937-1971)

Número do processo: 244/96

Filiação: Jovelina Alves Coqueiro e José Augusto Coqueiro

Data e local de nascimento: 18/07/1937, Aracatu (BA)

Organização política ou atividade: MRT

Data e local da morte: 06/02/1971, no Rio de Janeiro

Relator: Nilmário Miranda, com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 07/08/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 13/08/1997

Aderval Alves Coqueiro foi um dos 40 presos políticos trocados pelo embaixador alemão Von Holleben, em junho de 1970. Tinha sido preso em São Paulo, em 29/05/1969, como militante da Ala Vermelha, sendo torturado na 2ª Companhia da Polícia do Exército, depois transferido para o DOPS/SP e, finalmente, Presídio Tiradentes. Banido e enviado à Argélia, de lá se deslocou para Cuba, regressando ao Brasil já integrado ao MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes, grupo dissidente da Ala Vermelha.

Coqueiro morreu no Rio de Janeiro, de acordo com o laudo oficial assinado por João Guilherme Figueiredo, no dia 06/02/1971, no Cosme Velho, em consequência de “ferida transfixante do tórax e lesão do pulmão direito”. Seu corpo foi entregue à família, posteriormente, sendo enterrado no cemitério de Inhaúma no dia 14.

Nascido no município baiano de Brumado, Coqueiro iniciou cedo sua militância política no PCB e foi um dos candangos que trabalhou na construção de Brasília, além de ter sido operário da construção civil no estado de São Paulo, onde residiu desde 1961. Ao se desligar do PCB, passou a integrar o Comitê Regional do PCdoB/SP, focando suas atividades na zona rural. Por volta de 1967/1968, desligou-se do PCdoB para integrar a Ala Vermelha. Vivendo em São Bernardo do Campo e Diadema, trabalhou também como operador de máquinas e vendedor autônomo. Casado com Isaura, tiveram duas filhas.



Coqueiro teria retornado ao Brasil em 31/01/1971, valendo-se de um esquema clandestino da VAR-Palmares, e foi morar no apartamento do bairro Cosme Velho, onde foi morto uma semana depois. Não foi possível localizar perícia de local, fotos e nem o laudo necroscópico.

Duas matérias de jornais da época permitiram desqualificar a versão oficial. O Jornal do Brasil de 08/02/1971 referiu-se ao cerco de mais de 50 policiais e publicou uma foto de Coqueiro morto, alvejado pelas costas. O Jornal da Tarde, na mesma data, complementa as informações com o depoimento de um oficial que participara da operação, informando que a localização da casa onde estava Coqueiro começara a ser feita um mês antes. Repetindo a tática já costumeira de manchar a imagem dos militantes detidos, esse agente dos órgãos de segurança disse que a residência teria sido apontada pelo ex-deputado federal Rubens Paiva a um grupo de oficiais da PE antes de ser sequestrado por companheiros. Tal afirmação levantou indignação na CEMDP, pois Rubens Paiva representa um dos casos mais conhecidos de desaparecimento ocorrido no Brasil, por ser notória a brutalidade do assassinato de um opositor político que, sabidamente, não estava engajado na resistência armada ao regime militar.

Para complementar as informações, foi possível localizar o zelador do prédio onde Coqueiro foi morto, que declarou não ter presenciado o tiroteio, pois estava no último andar do edifício. Mas ouviu, durante a operação militar, um agente gritando: “atira e mata”. O zelador contou, ainda, que foi chamado pelos policiais para prestar informações sobre a vítima e viu o cadáver no local, com diversas marcas de tiro. Também afirmou que Coqueiro estava desarmado, vestido com apenas um calção, e que ouviu um dos agentes dizer: “bota a arma do lado dele”. O zelador, em seu relato, não deu qualquer indicação de que Coqueiro teria tentado reagir.

A Comissão de Familiares juntou ao processo na CEMDP fotos do corpo, cedidas pela Agência JB, e fotos atuais do prédio onde ocorreu a morte, sendo solicitada a expedição de ofício ao IML/RJ, em mais uma tentativa de localização do laudo necroscópico. Apenas uma certidão do IML Afrânio Peixoto foi fornecida, com o seguinte teor: “consta no Livro de Registro de Cadáveres, às fls 03, que na data de 06/02/71, deu entrada no Serviço de Necropsias, o corpo de Aderval Alves Coqueiro, tendo sido encaminhado pelo DOPS, com a guia de remoção s/n., com a idade de 33 anos, brasileiro, casado, profissão: datilógrafo, residência: Rua Bandeirantes 10-B, Diadema, São Paulo, tendo a morte ocorrida em consequência de crime, sendo a causa mortis ferida transfixante do tórax – lesão do pulmão direito”.

O episódio teve grande repercussão na imprensa porque Aderval Alves Coqueiro foi o primeiro banido encontrado no Brasil pelos órgãos de segurança. Franquearam o acesso de fotógrafos ao local, mas não exibiram o ocorrido para a imprensa. Salvo a presença do revólver junto ao corpo, não foi apresentada qualquer indicação precisa comprovando a alegada resistência a tiros. Na CEMDP, as fotos obtidas junto à Agência JB representaram uma prova conclusiva da falsidade da versão oficial, pois as manchas de sangue no piso sugeriam que o corpo fora arrastado e evidenciaram que Coqueiro não fora abatido exatamente no local onde se encontrava o corpo. Tampouco o revólver poderia estar na posição em que se via na foto. Mostraram, ainda, outras lesões não referidas nas informações do IML: nítidos sinais de ferimentos na cabeça, na nádega esquerda e na perna direita.

Após o voto favorável do relator, houve pedido de vistas ao processo. O revisor, Luís Francisco Carvalho Filho, acompanhou o voto do relator. A CEMDP concluiu que Coqueiro não morreu conforme a versão oficial.



.....

JOEL VASCONCELOS SANTOS (1949-1971)

Número do processo: 106/96

Filiação: Elza Joana dos Santos e João Vicente Vasconcelos Santos

Data e local de nascimento: 09/08/1949, Nazaré (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Local e data do desaparecimento: 15/03/1971, Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/1995

.....

O nome de Joel também integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de Nazaré das Farinhas, no Recôncavo, afrodescendente, trabalhou inicialmente como sapateiro e começou, muito jovem, a desenvolver interesse por questões políticas. Sua mãe, Elza Joana dos Santos, tornou-se, após o desaparecimento do filho, uma incansável ativista do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos. Em 1966, a família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde Joel estudou contabilidade na Escola Técnica de Comércio. Foi presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas - AMES/RJ em 1970 e diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES em 1970 e 1971. Quando de sua prisão e desaparecimento, estava vinculado à União da Juventude Patriótica, organizada pelo PCdoB.

Joel Vasconcelos e Antônio Carlos de Oliveira da Silva foram presos nas imediações do Morro do Borel, na esquina das ruas São Miguel e Marx Fleuiss, no Rio de Janeiro, em 15/03/1971, por uma ronda policial que desconfiou serem



ambos traficantes de drogas. Por mais de três meses, Joel e “Makandal”, como era conhecido Antônio Carlos, ficaram detidos e incomunicáveis.

Aos apelos de Elza Joana, os agentes da PE e os oficiais do Ministério do Exército com os quais conseguiu falar, responderam com evasivas. Primeiro confirmaram a prisão, mais tarde negaram e, pouco depois, informaram que ele já havia sido liberado. Mas os dois continuavam detidos. Elza Joana apelou a Dom Eugênio Salles, Dom Ivo Lorscheiter, aos jornalistas Sebastião Nery e Evaldo Diniz, ao presidente da OAB, ao senador Danton Jobim, ao deputado Chico Pinto e ao professor Cândido Mendes. Após enviar carta ao presidente da República, Garrastazu Médici, recebeu em sua casa uma visita de agentes do DOPS, que a levaram até o gabinete do general Sizeno Sarmento. O comandante do I Exército prometeu esclarecer completamente o episódio, mas nada foi informado.

Makandal conta que ele e Joel conversavam numa esquina, quando passou o carro da polícia. Joel assustou-se e comentou que havia documentos políticos nos pacotes que carregava. Os policiais armados cercaram os dois e revistaram os pacotes. Foram algemados e levados ao 6º Batalhão da PM e, em seguida, ao quartel da PM na rua Evaristo da Veiga. De lá, foram encaminhados à Polícia do Exército, onde Joel permaneceu até o seu desaparecimento, sob constantes interrogatórios durante os quatro meses em que Makandal esteve preso. O preso político Luiz Artur Toríbio, em seu depoimento na Auditoria Militar, denunciou que um dos policiais do DOI-CODI/RJ afirmou “que se não confessasse teria o mesmo fim que ‘Joel Moreno’, que foi morto por policiais do DOI do RJ”.

Em depoimento transcrito no livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, depois de descrever os espancamentos sofridos por ambos desde o momento da prisão e nas duas unidades da PM porque passaram antes de serem conduzidos ao Exército, Makandal relata: “Lá, na PE, começamos tudo muito tranquilo ao ponto de a gente imaginar que não iríamos ser torturados. Caiu a noite e começamos tudo novamente. (...) Era pau-de-arara, choque e tudo o mais. Um mês nesse sofrimento e nós já estávamos com queimaduras por todo o corpo em virtude dos choques elétricos. Levaram então o Joel para a ‘esticadeira’, com uma pedra amarrada nos testículos. Fiquei apavorado e me trancafiaram numa ‘geladeira’. Depois me pegaram para assistir às torturas de Joel e me fizeram um montão de perguntas”.

Registros oficiais comprovando a prisão de Joel somente foram localizados em 1991, após a abertura dos arquivos do DOPS/RJ, onde foi encontrado documento do Serviço de Informações do Estado Maior da PM/2, do então Estado da Guanabara, datado em 17/03/1971, que confirma a prisão de Joel em

15/03/1971, descrevendo, inclusive, o material impresso com ele apreendido e, também, seu primeiro depoimento, quando informou o endereço da própria residência. Documentos do DOI-CODI do I Exército de 15/03/1971 e de 19/03/71 também trazem declarações de Joel. O Relatório apresentado pela Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, informa que Joel foi “preso em 15/03/1971 e transferido para local ignorado”.



STUART EDGAR ANGEL JONES (1945-1971)

Número do processo: 197/96

Data e local de nascimento: 11/01/1945, Salvador (BA)

Filiação: Zuleika Angel Jones e Norman Angel Jones

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local do desaparecimento: 14/05/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Stuart Edgar Angel Jones foi assassinado sob terríveis torturas na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Morreu na noite de 14 de maio de 1971 e o nome dele consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. O caso gerou grande repercussão nacional e internacional.

Filho da estilista de alta costura, Zuzu Angel, com o norte-americano Norman Angel Jones, irmão da colunista social Hildegard Angel, Stuart nasceu em Salvador e cresceu no Rio de Janeiro. Apaixonado por esportes, praticou tênis, natação, capoeira, levantamento de peso e remo. Era estudante de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo trabalhado também como professor. Em 18/08/1968, havia casado com Sonia Maria Lopes de Moraes, que também seria morta em 1973, em São Paulo. Moravam na Tijuca.

Militante do MR-8 desde o período em que a organização tinha o nome de Dissidência da Guanabara, Stuart, conforme documentos dos órgãos de segurança, integrou sua Direção Geral a partir de meados de 1969, ao lado de Daniel Aarão Reis e Franklin de Souza Martins. Também era apontado como participante de diversas ações armadas e se presume que os militares o torturaram com tamanha brutalidade porque pretendiam, através dele, chegar a Carlos Lamarca, recentemente integrado à organização.

Stuart foi preso por volta das 9h da manhã do dia 14, na avenida 28 de Setembro, em Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro, por agentes do CISA. As circunstâncias de sua morte sob torturas foram narradas, em carta a Zuzu, pelo preso político Alex Polari de Alverga, que esteve com ele naquela unidade da Aeronáutica, na Base Aérea do Galeão.



“Em um momento retiraram o capuz e pude vê-lo sendo espancado depois de descido do pau-de-arara. Antes, à tarde, ouvi durante muito tempo um alvoroço no pátio do CISA. Havia barulho de carros sendo ligados, acelerações, gritos, e uma tosse constante de engasgo e que pude notar que se sucedia sempre às acelerações. Consegui com muito esforço olhar pela janela que ficava a uns dois metros do chão e me deparei com algo difícil de esquecer: junto a um sem-número de torturadores, oficiais e soldados, Stuart, já com a pele semiesfolada, era arrastado de um lado para outro do pátio, amarrado a uma viatura e, de quando em quando, obrigado, com a boca quase colada a uma descarga aberta, a aspirar gases tóxicos que eram expelidos”.

Zuzu Angel procurou o filho infatigavelmente, abordando autoridades nacionais e internacionais e concedendo entrevistas a quantos veículos de imprensa tivessem a coragem de publicá-las. Conseguiu fazer chegar sua denúncia ao então senador Edward Kennedy, que levou o caso à tribuna do Senado dos Estados Unidos. Pessoalmente, conseguiu entregar ao secretário de Estado, Henry Kissinger, em visita ao Brasil em fevereiro de 1976, uma carta com a denúncia e um exemplar do livro de Hélio Silva, onde era relatada a morte de Stuart. Esse historiador avalia que o afastamento e a posterior reforma do brigadeiro João Paulo Penido Burnier, denunciado como autor do crime, e a própria destituição do ministro da Aeronáutica Márcio de Souza e Mello, foram desdobramentos das pressões internacionais sobre o governo Médici. Todos os principais jornais estrangeiros registraram o fato, em especial o Washington Post e Le Monde. No Brasil, os diários O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil conseguiram publicar matérias sobre o caso, apesar da censura.

Zuzu foi morta, em março de 1976, sem nunca descobrir qualquer indício do paradeiro do filho. O desaparecimento de Stuart e a luta de Zuzu foram evocados por Chico Buarque e Miltoninho na canção Angélica, de 1977, e levados ao cinema, em 2006, pelo diretor Sérgio Rezende, tendo a atriz Patrícia Pilar atuado como a mãe de Stuart.

No Relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, consta que Stuart foi morto no Hospital Central do Exército, mas indicando a data incorreta de 5 de janeiro de 1971. O Relatório do Ministério da Aeronáutica faz menção às denúncias feitas por Alex Polari mas, em vez de esclarecer as circunstâncias da morte, estende-se falando sobre as atividades do denunciante. Limita-se a informar: “neste órgão não há dados a respeito da prisão e suposta morte de Stuart Edgar Angel Jones”.

Passados 17 anos da morte de Stuart, Amílcar Lobo, médico que atuava no DOI-CODI/RJ e que teve seu registro profissional cassado por cumplicidade ou

convivência com as torturas, confessou tê-lo atendido no quartel da PE antes de sua transferência para a Base Aérea do Galeão. “Ele tinha equimoses no abdome e tórax causados provavelmente por socos (...) dei a ele analgésicos”, relatou. Disse, ainda, que Stuart estava consciente mas se recusou a lhe dirigir a palavra.

No livro *Desaparecidos Políticos*, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa escrevem:

“Para o desaparecimento do corpo, existem duas versões. A primeira é de que teria sido transportado por um helicóptero da Marinha para uma área militar localizada na restinga de Marambaia, na Barra de Guaratiba, próximo à zona rural do Rio, e jogado em alto-mar pelo mesmo helicóptero. Mas, de acordo com outras informações, o corpo de Stuart teria sido enterrado como indigente, com o nome trocado, num cemitério de um subúrbio carioca, provavelmente Inhaúma.

Os responsáveis: os brigadeiros Burnier e Carlos Afonso Dellamora, o primeiro, chefe da Zona Aérea e, o segundo, comandante do CISA; o tenente-coronel Abílio Alcântara, o tenente-coronel Muniz, o capitão Lúcio Barroso e o major Pena – todos do mesmo organismo; o capitão Alfredo Poeck – do CENIMAR; Mário Borges e Jair Gonçalves da Mota – agentes do DOPS”.

O caso foi levado, também, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que, naquele período, e particularmente na gestão do ministro da Justiça Alfredo Buzaid, desempenhou um papel meramente homologatório perante as violências praticadas pelo Estado ditatorial. Em 1972, por 8 votos a 1, o caso foi arquivado, sendo surpreendente o fato de o representante da OAB no órgão, Raymundo Faoro, ter se alinhado em seu voto com essa maioria, onde estava também o senador Filinto Müller, notório torturador durante o Estado Novo.



WALTER RIBEIRO NOVAES (1939-1971)

Número do processo: 301/96

Filiação: Maria Rosalinda Ribeiro e Arlindo Ribeiro Moraes

Data e local de nascimento: 01/08/1939, Estado da Bahia

Organização política ou atividade: VPR

Data e local do desaparecimento: 12/07/1971, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome também integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de nascimento, conhecido na militância da VPR como “Careca”, trabalhava como salva-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo do Rio de Janeiro, na praia de Copacabana. Era casado com Atamilca Ortiz Novaes, de origem indígena, com quem tinha dois filhos.

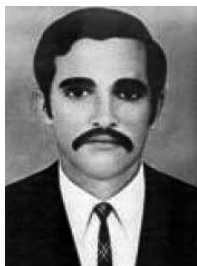


Foi preso no dia 13/06/1970, ainda quando trabalhava na praia, e solto dois meses depois, passando a viver na clandestinidade. A partir daí, constam informações de que ele teria assumido, na VPR, a tarefa de cuidar da infraestrutura do comando da organização, tendo participado inclusive dos sequestros dos embaixadores alemão e suíço.

A segunda prisão, que resultou em desaparecimento, ocorreu em 12/07/1971, às 18h30, no bairro da Penha, Rio de Janeiro, quando ia para um encontro de rua com o simpatizante da organização conhecido como Alípio, que também era salva-vidas e trabalhava na Barra da Tijuca. A família foi alertada da prisão e começou a procurá-lo em diferentes órgãos de segurança. Chegou a fazer contato com um policial que informou, em troca de dinheiro, que ele se encontraria no DOPS. Esse contato foi interrompido, no entanto, quando o policial alegou estar sendo ameaçado de morte.

Os ex-presos políticos Alex Polari de Alverga e Lúcia Maurício Alverga, também da VPR, em depoimentos prestados, na época, à Justiça Militar, denunciaram que os agentes do DOI-CODI/RJ disseram que Walter estava morto após ter sido torturado naquele órgão de repressão. Sabe-se, também, que os agentes policiais leram para outros presos trechos de depoimentos que teriam sido feitos por Walter.

Inês Etienne Romeu, em seu relatório de prisão do período em que esteve sequestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), afirma que ali esteve, em julho de 1971, um militante que pensa ser Walter Ribeiro Novais. O carcereiro “Márcio” lhe afirmou que o tinham matado. Agregou que, no período calculado por ela entre 8 e 14 de julho, houve uma ruidosa comemoração dos carcereiros em virtude de sua morte.



.....
LUIZ ANTONIO SANTA BÁRBARA (1946-1971)

Número do processo: 216/96 e 078/02

Filiação: Maria Ferreira Santa Bárbara e Deraldino Santa Bárbara

Data e local de nascimento: 08/12/1946, Inhambuê (BA)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 28 /08/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco, com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho (1º) e Maria Eliane Menezes de Farias (2º)

Deferido em: 10/08/2004 por unanimidade (fora indeferido em 19/11/1996)

Data da publicação no DOU: 17/08/2004

**OTONIEL CAMPOS BARRETO (1951-1971)**

Número do processo: 274/96

Filiação: Adelaide Campos Barreto e José de Araújo Barreto

Data e local de nascimento: 11/04/1951, Brotas de Macaúbas (BA)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 28/08/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 19/11/1996 por 4x2 (votos contra de Paulo Gustavo Gonet Branco e do general Oswaldo Pereira Gomes) Data da publicação no DOU: 21/11/1996

Ambos foram mortos no lugarejo de nome Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas (BA), no dia 28 de agosto de 1971. Nascido nessa localidade do sertão baiano, Otoniel era camponês, irmão de José Campos Barreto, o “Zequinha”, que seria morto junto com Lamarca no mês seguinte. Na mesma operação em Buriti, também foram presos um terceiro irmão, Olderico, baleado no rosto, bem como o pai, Jose de Araújo Barreto, de 65 anos, imediatamente torturado.

Nascido de uma família pobre de Inhambupe (BA), Luiz Antonio estudara no Colégio Municipal Joselito Amorim, em Feira de Santana, onde presidiu o Grêmio Estudantil. Trabalhou como tipógrafo na Gazeta do Povo, onde começou sua prática política. Em 1967, passou a militar na dissidência baiana do PCB, um dos núcleos demilitantes que formariam o MR-8. Já atuava na clandestinidade desde 1969, depois de enfrentar uma primeira prisão, na onda repressiva que se seguiu ao AI-5. Foi o primeiro militante do MR-8 a ser deslocado para aquela região. Chegou no Buriti Cristalino como sendo Roberto, o professor. Hospedado na casa de José Barreto, pai de Zequinha, Otoniel e Olderico, trabalhava diariamente com essa família na roça. Era um bom jogador de futebol e foi visto como craque na pequena localidade.

Sua tarefa era formar uma escola de alfabetização no povoado carente, onde poucos sabiam ler. Todas as tardes, a casa de José Barreto se enchia de crianças e adultos para ouvir o professor Roberto. Chegou a montar uma encenação teatral sobre as dificuldades sentidas pela população local, como pobreza e cobrança de impostos. Lamarca ajudou Santa Bárbara a escrever o texto, que foi ensaiado com entusiasmo pelos alunos.

Na CEMDP, o primeiro relator do caso Santa Bárbara, em sessão de 17/10/1996, votou pelo indeferimento por considerar não comprovada sua morte em local que se pudesse definir como “dependência policial ou assemelhada”. O relator do outro processo, referente a Otoniel, pediu vistas para que ambos os casos fossem analisados em conjunto.



Essas mortes ocorreram no escopo da chamada Operação Pajuçara, organizada com o objetivo de capturar ou destruir Lamarca e seu grupo, conforme constou em documentos oficiais. Dela chegaram a participar 215 pessoas, escolhidas a dedo entre integrantes da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Militar da Bahia, DOPS de São Paulo, CODI/6, e 19º BC, conforme descreve o relatório elaborado pelo IV Exército. Todos os seus integrantes atuaram à paisana. A Companhia de Mineração Boquira forneceu avião, carros e funcionários para que a ação pudesse ser mantida em sigilo. Também colaborou a empresa Transminas.

O relatório oficial da Operação Pajuçara não descreveu os embates ocorridos em Buriti, limitando-se a informar que, na madrugada daquele dia, os agentes cercaram e investiram contra o local, onde acreditavam que estaria o capitão perseguido. Registra apenas que a operação “redundou nas mortes de Luiz Antônio Santa Bárbara, ‘Merenda’; Otoniel Campos Barreto, bem como ferimentos e prisão de Olderico Campos Barreto”.

O relatório é esclarecedor, contudo, quando descreve as características da ocupação do local. A análise das informações permite concluir que a fazenda se transformou, temporariamente, em base assemelhada a estabelecimento policial: “em Fazenda Buriti houve grande concentração de equipes, após o estouro do ‘aparelho’, em face da necessidade de desenvolver intenso patrulhamento”. De fato, o local foi transformado em base de comando, patrulha e comunicação, e nele se estabeleceram os agentes do DOPS de São Paulo, do CISA, do CIE e do 19º BC, além de outras equipes estrategicamente alocadas ao redor. Esses dados são confirmados por depoimentos de moradores informando que “os militares ficaram por volta de dez dias instalados na casa da família Campos Barreto, dormindo, comendo, dirigindo as operações de busca e mantendo preso o Sr. José de Araújo Barreto”. Os agentes “também dormiam na igreja e no mercadinho”.

Estando preenchida, portanto, uma das condições para inclusão na Lei nº 9.140/95, a CEMDP se deteve na análise das circunstâncias da morte de cada um. Segundo a versão oficial, consignada no laudo de exame cadavérico de Otoniel, ele foi abatido quando reagiu à bala contra os agentes. A versão divulgada pelos jornais diz que Otoniel efetivou um disparo de arma de fogo e saiu correndo, quando foi atingido. O laudo necroscópico é impreciso e não estabelece a trajetória dos disparos, deixando de fazer a relação entre orifícios de entrada e orifícios de saída. Registra, por exemplo, um disparo no olho esquerdo, sem indicar orifício de saída ou o local onde o projétil se alojou. Permite concluir, contudo, que recebeu um disparo na cabeça, de frente, e foi metralhado pelas costas. Há, ainda, um tiro no ombro direito, com orifício de

entrada de cima para baixo, o que causa estranheza, pois indica que Otoniel deveria estar deitado para receber tal projétil, o que contradiz a descrição de fuga feita pelos agentes.

O interrogatório de Olderico na Justiça Militar e outros documentos anexados trouxeram mais detalhes sobre o ocorrido. Otoniel foi logo detido e Olderico reagiu, razão pela qual foi atingido por um disparo no rosto. Quando recobrou os sentidos, foi preso e conduzido, juntamente com o pai e o irmão, para a frente da casa. Diz que Otoniel foi despido, permanecendo apenas de calção e que, na sua calça, deixada nas proximidades, havia uma arma de fogo, fato não percebido pelos agentes. Levaram o pai para o barracão, onde o velho foi pendurado em uma corda, de cabeça para baixo e, com socos, golpes de armas e ameaças de morte, exigiam saber o paradeiro do filho Zequinha. Do lado de fora, Otoniel, em desespero pelos gritos do pai, alcançou a arma, deu um disparo e saiu correndo, tendo sido atingido. Olderico declara ainda que, enquanto era novamente espancado, um policial disse, referindo-se ao irmão morto: “Isso é para ver o que acontece com quem foge”.

Reuel Pereira da Silva, soldado e morador no município, prestou dois depoimentos à Justiça Militar, um em 1972 e outro em 1979. No primeiro dos depoimentos, além de esclarecer que se engajou na equipe de repressão, confirma que Otoniel já estava detido, sob sua guarda, antes de morrer. Esclarece que, naquele momento, o pai dos rapazes havia sido conduzido, algemado, para um barracão. Diz que foi surpreendido pelo tiro de Otoniel e não conseguiu segurá-lo, saindo em seu encalço, sendo que outros agentes o perseguiram, ouvindo depois diversos disparos. Ainda segundo o esclarecimento do soldado, Otoniel tentou fugir correndo na direção contrária ao local em que seu pai se encontrava preso, sendo perseguido pelos agentes.

O relator do processo na CEMDP concluiu que Otoniel já estava formalmente detido quando ocorreu o tiroteio, sendo provável que tenha sido atingido primeiro nas costas, onde levou dois tiros. E levantou questionamento sobre os outros tiros, um na cabeça, pela frente, e outro no ombro, de cima para baixo: teria sido uma execução?

Ressaltou que a atitude negligente dos policiais, de deixar uma arma ao seu alcance, não retira a responsabilidade do poder público; e que os disparos, todos direcionados para o tronco e para a cabeça, indicam a intenção de matar, não de imobilizar. Também destacou a nítida desproporção entre as forças oficiais e dos moradores de Buriti. Otoniel era um jovem de apenas 20 anos, que nunca conheceu outro lugar. Não era um guerrilheiro temível, com treinamento. Mostrou que nem sabia atirar. As armas encontradas no chamado “aparelho



rural” eram armas de defesa, muito comuns, como registram as testemunhas, em região quase inóspita. Votou pelo deferimento, e foi acompanhado pela maioria da CEMDP.

Quanto à morte de Luiz Antonio, o relator considerou que havia duas versões para a morte: a de que morrera durante o tiroteio, como registra o laudo necroscópico, e outra de suicídio, relatada por testemunhas e difundida tanto pelo livro quanto pelo filme que retratam a história do capitão Lamarca. Na verdade, a tese do suicídio resultou da interpretação que os autores do livro Lamarca – o capitão da guerrilha deram aos depoimentos feitos por Olival Barreto, com 10 anos, e José Tadeu, 16, respectivamente irmão e primo de Otoniel, que estavam escondidos debaixo da cama no quarto onde se encontrava Luiz Antonio. Relatam que o viram armado, atrás da porta, escutaram um tiro e viram seu corpo cair. Não há qualquer documento que registre a morte, que cite o horário, quem encontrou o corpo. A versão oficial divulgada nos jornais, contida na requisição de exame ao IML, assinada pelo coronel Luiz Arthur de Carvalho e repetida no relatório do Exército de 1993, foi de que morrera em confronto. O relator argumentou que Santa Bárbara não estava sob a guarda dos agentes, que ainda não teriam assumido o controle total da área para que fosse caracterizada como “dependência policial ou assemelhada”. E considerou que as duas hipóteses – suicídio ou morte em confronto – não eram abrangidas pela Lei nº 9.140/95, sendo o processo indeferido.

Um recurso apresentado pela família também foi indeferido, ocasionando pedido de vistas de Nilmário Miranda, que acrescentou novo depoimento de Olival e José Tadeu, detalhando o ocorrido. Considerou em seu parecer que o local já estava sob controle da força policial, que acabara de matar Otoniel e prender Olderico e José Barreto. Agregou que a família, ao receber o corpo, vira que sua mão estava vazada por um disparo, da palma para o dorso da mão direita, o que fora relatado no depoimento na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em 17/10/1996, pelo agente da Polícia Federal Paulo Roberto Silva Lima, perfuração essa que enfraquece a tese de suicídio por disparo de uma pessoa que era destra e, mais ainda, permite supor o gesto instintivo de defesa de quem está prestes a ser baleado à queima-roupa. No entanto, esses argumentos não convenceram a maioria da CEMDP, que votou pelo indeferimento.

Dessa forma, a verdade dos fatos não pode ser restabelecida e o processo de Luiz Antonio somente foi aprovado com a Lei nº 10.875/04, que ampliou os benefícios da Lei nº 9.140/95, ampliando a abrangência das circunstâncias de morte. O cadáver de Otoniel, sepultado no cemitério local, foi exumado no dia seguinte e transportado para Salvador. Desde então, seu corpo foi dado pela família como desaparecido, razão pela qual requereu também sua localização e traslado para o cemitério onde foi sepultado logo após a morte.



JOSÉ CAMPOS BARRETO (1946-1971)

Número do processo: 273/96

Filiação: Adelaide Campos Barreto e José de Araújo Barreto

Data e local de nascimento: 02/10/1946, Bahia

Organização política ou atividade: VPR/MR-8

Data e local da morte: 17/09/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 11/09/1996 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco)

Data da publicação no DOU: 18/09/1996

José Campos Barreto era o mais velho dos sete filhos de José e Adelaide, a quem todos conheciam por Dona Nair. O pai, já mencionado como vítima de violentas torturas 20 dias antes, era conhecido e respeitado no município de Brotas de Macaúbas. Em Buriti Cristalino, era proprietário de roças e lavrador. Durante anos, fora proprietário de uma loja de tecidos. Educava os filhos com rigor, trazia e hospedava em sua casa uma professora para as crianças do vilarejo e mandara construir a igreja do lugar.

Zequinha foi enviado a um seminário, em Garanhuns (PE), onde ficou por quatro anos. Aos 13 anos, já discutia política. Em 1963, decidiu que não queria ser padre e não voltou ao seminário. Lá estudou francês e inglês, além de conhecer o latim. Em 1964, mudou-se para São Paulo e serviu o Exército no ano seguinte, exatamente no quartel de Quitaúna. Estudou em Osasco, no Colégio Estadual e Escola Normal Antonio Raposo Tavares, tornando-se presidente do Círculo Estudantil Osasquense. Trabalhou como operário e destacou-se como importante liderança no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1968.

Em 1966, trabalhou na Lonaflex. Mas foi na Cobrasma, fabricante de vagões, que protagonizou um de seus mais conhecidos feitos, quando a fábrica foi cercada, durante a greve de 1968. Barreto, de cima de um vagão, discursou aos soldados, explicando as razões do movimento: chegou a paralisar a tropa por um momento. Barreto, de posse de uma tocha acesa, ameaçou explodir o tanque de combustível da fábrica. A tropa hesitou e muitos operários conseguiram escapar da polícia. Cerca de 400 foram detidos. Barreto sofreu espancamentos já no ato da prisão. Permaneceu 98 dias entre os cárceres do DEIC e do DOPS, até ser libertado por força de um habeas corpus.

Numa viagem a Buriti, Zequinha levou para São Paulo o irmão Olderico. Em 1969, estava de volta ao sertão baiano, ao lado da mãe em seu leito de morte. Nessa época, militava na VPR. Depois deslocou-se para o Rio de Janeiro e voltou



à Bahia, onde passou a militar no MR-8, junto com o irmão Olderico. Com a chegada de Lamarca ao Estado, foi designado para acompanhá-lo e com ele ficou até a morte.

Para fundamentar o processo de Lamarca, foi requerido que a CEMDP providenciasse exumação e exame dos seus restos mortais. O pedido foi negado e a exumação foi garantida pela família. Marcada a sessão da Comissão Especial para julgamento conjunto com o processo referente a Carlos Marighella, houve novos pedidos de vistas de ambos os processos.

Conforme já relatado neste livro-relatório, em 28/08/1971, os agentes da chamada Operação Pajuçara sob o comando do DOI-CODI da 6ª Região Militar, invadiram o povoado de Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas, região do Médio São Francisco. Na casa de Zequinha, mataram um de seus irmãos, Otoniel, e feriram Olderico. Seu pai, José de Araújo Barreto, de 65 anos, foi torturado durante dias.

Zequinha e Lamarca ouviram os tiros de Buriti Cristalino, desmontaram a barraca de campanha no sertão e fugiram para dentro da caatinga. Caminharam durante vários dias cerca de 300 quilômetros, em fuga. Fracos e doentes, procuraram ajuda e alimentação em casas isoladas de sertanejos locais. Zequinha foi visto pelos moradores carregando nos ombros o capitão Lamarca, que estava doente. Como não foram localizados, no início de setembro a Operação Pajuçara se desmobilizou. Ao invés de 215 homens, permaneceram apenas alguns agentes, chefiados por Nilton de Albuquerque Cerqueira. Em meados de setembro, recuperada a pista dos guerrilheiros, eles retornaram em peso ao local.

Lamarca e José Campos Barreto foram encontrados descansando sob uma árvore, na região conhecida como Pintada. Estavam fracos, desidratados, doentes e sem força, devido à caminhada de muitos dias na caatinga e sem alimentação. Segundo o relatório da Operação Pajuçara, “foi fácil e rápido exterminá-los: Zequinha despertou com o barulho da aproximação dos agentes e acordou Lamarca. Tentou correr, mas foi metralhado por um soldado, gritando, antes de cair morto: ‘Abaixo a ditadura!’ Os agentes estabeleceram um pequeno diálogo com Lamarca, já ferido, e logo também o executaram com rajadas”. O objetivo da operação fora cumprido, sem que o relatório contenha qualquer descrição de resistência ou combate por parte de Barreto ou Lamarca.

Os corpos foram levados para Brotas de Macaúbas e jogados no campo de futebol da cidade para apreciação da população. Os agentes comemoraram, dando rajadas para o alto, gritando vitória e chutando os corpos. Depois, os cadáveres foram colocados em um helicóptero e transportados para Salvador.

A família ainda tentou localizar o corpo de José Campos Barreto, mas ficou sem qualquer informação sobre o local onde poderia estar enterrado. Jamais conseguiu seu atestado de óbito.

A ordem para a Operação Pajuçara assim foi escrita e assinada pelo então major chefe da 2ª Seção do EMR/6, Nilton de Albuquerque Cerqueira: “localizar, identificar, capturar ou destruir o bando terrorista que atua na região de Brotas de Macaúbas. Para isso: 1. Numa 1ª fase intensificará a busca de informes. 2. Numa 2ª fase, após localizar e identificar o bando terrorista, isolará e investigará a área de treinamento para capturá-lo ou destruí-lo”.

Em nenhuma das 101 páginas do relatório é mencionada qualquer reação armada dos dois mortos. Mas o texto refere-se “ao estado físico em que se apresentavam os dois terroristas ao final da ação totalmente esgotados(...)”. Nenhuma foto da operação acompanha o relatório. Por isso, na tramitação do processo junto à CEMDP, levantou-se o questionamento: “Por que não preservar, documentar, immortalizar tamanha façanha, a de ter atingido mortalmente o lendário capitão Lamarca, mais do que exímio atirador, arma na mão, morto em tiroteio? Por que não preservar para a história o momento exato em que foi abatido o grande mito?” Até mesmo os jornalistas que cobriram o fato foram impedidos de fotografar o corpo. Genésio Nunes Araújo, policial na época, garantiu em seu testemunho não ter ocorrido reação armada. Ele carregou o corpo dos dois guerrilheiros abatidos e lembra: “os próprios soldados contavam isso com orgulho”.

Peça importante para a reconstrução dos fatos foi o álbum com fotos de Lamarca morto, entregue pela Polícia Federal ao ministro da Justiça Nelson Jobim, após intensa busca e pressão da mídia. Com base nesse registro, decidiu-se por exumar o corpo do guerrilheiro.

O exame dos restos mortais de Lamarca foi decisivo para o deferimento do processo na Comissão Especial. De acordo com o parecer dos peritos Celso Nenevê e Nelson Massini, Lamarca foi atingido por sete disparos, exatamente o mesmo número identificado pela perícia oficial. O sentido das balas, porém, difere, invertendo completamente a versão apresentada pelos órgãos repressores. Após analisar meticulosamente o laudo, o relatório afirma “Lamarca, cercado, recebeu tiros de ambos os lados, inclusive por trás, sendo que o tiro fatal foi de cima para baixo. O que nos leva à presunção de que, provavelmente abatido pelas costas, caído, foi mortalmente atingido”.

Após o voto do relator propondo indeferimento, em 30/05/1996, houve pedido de vistas de Nilmário Miranda. Em 01/08/1996, o processo voltou à pauta,



contendo o voto de Nilmário pelo deferimento e do general Osvaldo Pereira Gomes contra, anexados ao processo, quando houve pedido de vistas de Suzana Keniger Lisbôa. A votação final ocorreu em 11/09/1996, mesma data do julgamento do processo de Carlos Marighella.

Em sua apreciação, o jurista Miguel Reale, presidente da CEMDP, escreveu: “No encontro entre as forças militares (...) e dois guerrilheiros, revela o relatório, não houve troca de tiros. Apenas acordados, os dois buscam fugir, sendo José ferido e, em seguida, metralhado ao jogar uma pedra. Lamarca, puxando um saco na mão caminha cinco metros e cai por ter sido atingido em movimento por vários disparos como indica o laudo de exame necroscópico com tiros na mão, na nádega, clavícula, braços e região do tórax. Os dois guerrilheiros, sem reação, apenas procuraram fugir sem portar no instante qualquer arma, a ponto de José lançar uma pedra sendo fuzilado por diversos tiros. Havia, nas circunstâncias, pleno domínio da situação por parte das forças do Estado, que poderia facilmente prender a ambos os guerrilheiros ao invés de tê-los abatido a tiros”.

Com relação a José Campos Barreto, a CEMDP ponderou que as considerações e o deferimento no parecer de Carlos Lamarca eram extensivos, por analogia, ao seu processo.


NILDA CARVALHO CUNHA (1954-1971)

Número do processo: 362/96 e 004/02

Data e local de nascimento: 05/07/1954, Feira de Santana (BA)

Filiação: Esmeraldina Carvalho Cunha e Tibúrcio Alves Cunha Filho

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 14/11/1971, em Salvador

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho (1º) e Maria do Rosário (2º)

Deferido em: 19/12/2003 por unanimidade (fora indeferido em 10/04/1997)

Data da publicação no DOU: 26/12/2003

Nilda Carvalho Cunha foi presa na madrugada de 19 para 20 de agosto de 1971, no cerco montado ao apartamento onde morreu Lara Lavelberg. Foi levada para o Quartel do Barbalho e, depois, para a Base Aérea de Salvador. Sua prisão é confirmada no relatório da Operação Pajuçara, desencadeada para capturar ou eliminar Lamarca e seu grupo. Foi liberada no início de novembro, profundamente debilitada em consequência das torturas sofridas e morreu no dia 14 de novembro, com sintomas de cegueira e asfixia. Nilda tinha acabado de completar 17 anos quando foi presa. Fazia o curso secundário e trabalhava como bancária quando passou a militar no MR-8 e viver com Jaileno Sampaio. Foram eles que abrigaram Lara Lavelberg em seu apartamento, durante sua estada em Salvador.

Emiliano José e Oldack Miranda relatam no livro Lamarca, o capitão da guerrilha, levado ao cinema por Sérgio Rezende, um pouco do que Nilda contou de sua prisão:

“(…) Você já ouviu falar de Fleury? Nilda empalideceu, perdia o controle diante daquele homem corpuloso. - Olha, minha filha, você vai cantar na minha mão, porque passarinhos mais velhos já cantaram. Não é você que vai ficar calada (...). Dos que foram presos no apartamento do Edifício Santa Terezinha, apenas Nilda Cunha e Jaileno Sampaio ficaram no Quartel do Barbalho. Ela, aos 17 anos, ele, com 18. - Mas eu não sei quem é o senhor... - Eu matei Marighella. Ela entendeu e foi perdendo o controle. Ele completava: - Vou acabar com essa sua beleza - e alisava o rosto dela. Ali estava começando o suplício de Nilda. Eram ameaças seguidas, principalmente as do Major Nilton de Albuquerque Cerqueira. Ela ouvia gritos dos torturados, do próprio Jaileno, seu companheiro, e se aterrorizava com aquela ameaça de violência num lugar deserto. Naquele mesmo dia, vendaram-lhe os olhos e ela se viu numa sala diferente quando pode abri-los. Bem junto dela estava um cadáver de mulher: era Lara, com uma mancha roxa no peito, e a obrigaram a tocar naquele corpo frio. No início de novembro, decidem libertá-la. Nilda, então, vai ao quartel-general, junto com Dona Esmeraldina, pedir autorização para visitar Jaileno.



O chefe da 2ª Seção não permite. Na saída, descendo as escadas, ela grita: – Minha mãe, me segure que estou ficando cega. Foi levada num táxi, chorando, sentindo-se sufocada, não conseguia respirar. Daí para a frente, foi perdendo o equilíbrio: depressões constantes, cegueiras repentinas, às vezes um riso desesperado, o olhar perdido. Não dormia, tinha medo de morrer dormindo, chorava e desmaiava. – Eles me acabaram”, repetia sempre (...).”

No dia 4 de novembro, Nilda foi internada na Clínica Amepe, em Salvador, conforme prescrição de seu médico, Dr. Eduardo Saback. No mesmo dia, os enfermeiros tentaram evitar a entrada do major Nilton de Albuquerque Cerqueira em seu quarto de hospital, mas não conseguiram. Na presença da mãe, ele ameaçou Nilda, disse que parasse com suas frescuras, senão voltaria para o lugar que sabia bem qual era. O estado de Nilda se agravou, sendo transferida para o Sanatório Bahia, onde faleceu no dia 14/11/1971. No seu prontuário constava que não comia, via pessoas dentro do quarto, sempre homens, soldados, e repetia incessantemente que ia morrer, que estava ficando roxa. A causa da morte nunca foi conhecida, o atestado de óbito diz: edema cerebral a esclarecer. Esmeraldina Carvalho Cunha, que denunciou incessantemente a morte da filha como consequência das torturas, foi encontrada morta em sua casa, cerca de um ano depois.

O requerimento para o reconhecimento da morte de Nilda foi protocolado por sua irmã, Leônia Alves Cunha, após o prazo estabelecido na Lei nº 9.140/95 . Mesmo assim, buscando documentar o processo, a CEMDP promoveu diversas diligências. Recebeu como resposta do Sanatório Bahia que um incêndio destruíra os prontuários em 1984; da Superintendência da Polícia Federal na Bahia, que o inquérito relativo ao indiciamento de Nilda fora encaminhado para a 6ª Circunscrição Judiciária Militar, inexistindo no órgão qualquer outra informação sobre ela; do juiz auditor, que nada constava sobre Nilda naquele juízo militar; do IML Nina Rodrigues, que o laudo cadavérico de Nilda, bem como resultados de exames complementares não foram encontrados nos arquivos do órgão.

No primeiro julgamento do caso, em 1997, a CEMDP optou pelo indeferimento pelo fato de o requerimento ter sido apresentado fora do prazo rígido fixado na lei. Nilmário Miranda chegou a pedir vistas, apresentando a alegação de que a irmã, Leônia, traumatizada com a violência que vivera sua família, não pudera cumprir o prazo estabelecido, sendo anexado laudo psiquiátrico. Mas prevaleceu o entendimento de que a Comissão Especial não poderia abrir exceção ao prazo estabelecido na Lei nº 9.140/95. Reapresentado o caso após o advento da Lei nº 10.536/02, sendo designada a deputada Maria do Rosário Nunes como nova relatora, o requerimento foi aprovado por unanimidade.



ANTÔNIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA (1944-1972)

Número do processo: 057/96

Filiação: Luiza Monteiro Teixeira e Gerson da Silva Teixeira

Data e local de nascimento: 22/08/1944, Ilhéus (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 21 ou 29/09/1972

Data do publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Ilhéus e geólogo formado pela Universidade Federal da Bahia, Antônio Carlos teve intensa participação no Movimento Estudantil nos anos de 1967 e 1968. Em 1969, casou-se com sua colega Dinalva, a legendária Dina do Araguaia, e foram residir no Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar no Ministério de Minas e Energia, participando simultaneamente de atividades da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Nesse período, o casal desenvolveu também um trabalho de conteúdo político e social junto a moradores de uma favela.

Em maio de 1970, já incorporados ao PCdoB, Antonio e Dinalva trocaram o Rio de Janeiro pelo sul do Pará. No Araguaia, foram para a região de Caianos. O relatório apresentado pela Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, afirma sobre Antônio Carlos: "em dezembro de 1972 foi identificado, por fotografia, como sendo o prof. Antônio que lecionava, no período de junho a dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Felix, em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador". Abriu um mercadinho no povoado de Araguanã, onde ficou conhecido como Antonio da Dina. Quando os confrontos armados tiveram início, os dois já estavam separados e continuavam bons amigos. Fez parte do Destacamento C - Grupo 500. Era o instrutor de orientação na mata aos companheiros que chegavam. Conhecia profundamente a área e junto com Dinalva fez todo o mapeamento da região, até a Serra das Andorinhas.

Os relatórios dos três ministérios militares não fazem nenhuma menção às condições e data em que foi morto. A referência a seu nome que consta no "livro negro" do Exército é a mesma já transcrita acima, na apresentação do caso Francisco Manoel Chaves. No Relatório Arroyo está registrado: "Antônio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado. Escapou a companheira Dina, que sofreu um arranhão de bala no pescoço. (Provavelmente 21/09/72)". Segundo relatos de moradores, seu corpo foi enterrado clandestinamente no Cemitério de Xambioá.



Taís Morais e Eumano Silva escrevem sobre ele em Operação Araguaia: “Reservado, estudioso e carismático, usava a formação universitária para conhecer em profundidade a região. Demonstrava aos amigos consciência das poucas chances do movimento armado. Morreu em confronto com o Exército no dia 29 de setembro de 1972, segundo documentos do Exército. De acordo com o Relatório Arroyo, foi preso durante o combate, torturado e executado”.



ROSALINDO DE SOUZA (1940–1973)

Número do processo: 125/96

Filiação: Lindaura Correia Silva e Rosalvo Cypriano Sousa

Data e local de nascimento: 02/01/1940, Caldeirão Grande (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 16/08 e setembro/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Caldeirão Grande mudou-se para a cidade de Itapetinga, em 1945, com a família, onde concluiu o curso ginásial no Centro Educacional Alfredo Dutra. Em 1957, já em Salvador, interrompeu os estudos, no terceiro ano, para ingressar no serviço militar. No Exército, fez os cursos de cabo e sargento, dando baixa em 1960.

Em 1961, trabalhou como diretor da secretaria da Câmara Municipal de Itapetinga. Em 1963, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia, sendo nomeado na mesma época escrivão do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes. Cinco anos depois, já militante do PCdoB, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico Rui Barbosa da Faculdade de Direito da UFBA, quanto teve início a sua perseguição política. Tornou-se dirigente estadual do PCdoB na Bahia.

Após o AI-5, foi impedido de se matricular em sua faculdade e mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1969, onde residiu por algum tempo com o casal Dinalva e Antonio Carlos, seus amigos da Bahia, também combatentes e mortos no Araguaia. Rosalindo terminou o curso de Direito na Faculdade Cândido Mendes e se inscreveu na OAB em 31/03/1970. Voltou a Itapetinga e montou um escritório de advocacia. No ano seguinte, foi denunciado perante a Justiça Militar e julgado à revelia no dia 13/05/1971, sendo condenado a dois anos e dois meses de reclusão. Dias antes do julgamento, em 22/04/1971, viajou para o Araguaia, região de Caianos, integrou-se ao Destacamento C e ficou conhecido

como Mundico. Lá, desenvolveu o hábito de fazer cordéis, sendo de sua autoria um que aborda os 27 pontos da União de Luta pelos Direitos do Povo – ULDP. Esse cordel chegou a ser recitado por moradores da região.

Quanto à data de sua morte, existe uma referência ao dia 16 de agosto, mas também existe o registro do mês setembro. Ângelo Arroyo comenta em seu relatório: "...acontecimentos negativos ocorreram também em setembro: a morte de Mundico, do C, por acidente com a arma que portava...". No entanto, segundo o Relatório do Ministério do Exército, entregue em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, Rosalindo "teria sido morto no dia 6 ago 73, em combate com as forças de segurança". Já o relatório da Marinha, do mesmo ano, também marca setembro: "relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morto em set 73".

Em declaração prestada ao Ministério Público, em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, Sinésio Martins Ribeiro, ex-colaborador do Exército na região, conta que, quando ainda estava preso no curral da base de Xambioá, viu a cabeça do Mundico. Isto se deu entre agosto e setembro, "porque as roças ainda não tinham sido queimadas e quem descobriu a sepultura foi o João do Buraco, proprietário do local onde estava enterrado o Mundico. As terras do João do Buraco eram frequentadas pelos guerrilheiros e João do Buraco, ao ser preso pelo Exército, mostrou a sepultura. O Exército não havia travado combates neste local e por isso disse que foram os guerrilheiros que mataram o Mundico. O Exército chegou lá por volta de 4 ou 5 dias após, cavou a sepultura, cortou a cabeça e enterrou novamente o corpo. A cabeça foi levada para a base e mostrada aos presos para reconhecimento. Ela estava meio destruída, o cabelo solto e João do Buraco reconheceu o Mundico. Os documentos estavam com o morto e a cabeça do Mundico ficou exposta uns dois dias perto do barracão do Exército e foi enterrada perto de um pé de jatobá que ficava perto da base".

Importa registrar, aqui, que, nos dois livros mais recentes sobre o episódio histórico do Araguaia, os autores dão guarida a uma versão que militares participantes da repressão à guerrilha sustentam, taxativamente, de que Mundico teria sido "justiçado" pelos próprios guerrilheiros. Vale registrar que tal informação também pode representar mais uma tentativa de desmoralizar os militantes mortos, como era prática rotineira dos órgãos de segurança do regime militar, conforme já relatado em inúmeros casos deste livro-relatório.



**MAURÍCIO GRABOIS (1912–1973)**

Número do processo: 154/96

Data e local de nascimento: 02/10/1912, Salvador (BA)

Filiação: Dora Grabois e Agostim Grabois

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Salvador, filho de uma família humilde de judeus russos, desapareceu aos 61 anos no Araguaia. Maurício fez o curso primário em vários colégios devido às inúmeras viagens e mudanças de sua família. Em 1925, ingressou no Ginásio da Bahia e se formou em 1929, sendo colega de Carlos Marighella. No início do ano seguinte foi para o Rio de Janeiro, então capital da República, onde passou a frequentar o curso preparatório para a Escola Militar do Realengo, nela ingressando em 1931. Não concluiu o curso, por ter sido expulso em 1933. Foi então para a Escola de Agronomia, onde cursou até o 2º ano, abandonando definitivamente os estudos para dedicar-se à militância política.

No início da década de 30, Grabois foi um dos primeiros organizadores do Partido Comunista nas Forças Armadas, quando aluno da Escola Militar. Logo após sua entrada no partido, em 1932, atuou na Juventude Comunista e, em 1934, foi encarregado do setor nacional de agitação e propaganda da Federação da Juventude Comunista do Brasil. Em 1935, Maurício Grabois engajou-se nas ações desenvolvidas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Durante o período do Estado Novo (1937-1945), foi condenado à revelia, em 1940, num processo em Minas Gerais. No início de 1941, foi preso no Rio de Janeiro. Libertado nos primeiros meses de 1942, quando Prestes, Marighella e outros dirigentes do partido permaneceram detidos, teve papel destacado, ao lado de Amarílio Vasconcelos, na Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que preparou a Conferência da Mantiqueira, de 1943, onde o Partido foi reorganizado e Grabois foi eleito para seu Comitê Central.

Trabalhou na empresa de aviação Panair do Brasil e participou da fundação e da direção da Editora Horizonte, do Partido Comunista, com sede no Rio de Janeiro. Em maio de 1945, dirigiu o jornal A Classe Operária, função que manteria até 1949, quando a publicação foi fechada. Nas eleições de 02/12/1945 para a Assembleia Nacional Constituinte, o partido elegeu um senador e 14 deputados, entre os quais Grabois, pelo antigo Distrito Federal. Assumindo seu mandato em fevereiro de 1946, foi designado líder da bancada comunista. O período da legalidade do partido chegou ao fim em 07/05/1947, quando o TSE cancelou o seu registro e Grabois teve o mandato cassado.

Devido à repressão policial aos comunistas a partir de 1948, Grabois passou a atuar na clandestinidade. Em agosto de 1957, alinhou-se com a ala de dirigentes comunistas que rejeitou a política soviética de coexistência pacífica, divergindo da orientação majoritária no partido, que, nesse período, tinha trocado a antiga denominação Partido Comunista do Brasil por Partido Comunista Brasileiro. Em fevereiro de 1962, ao lado de João Amazonas, Pedro Pomar, Carlos Danielli e outros, participou da fundação do PCdoB, retomando a denominação anterior e considerando esse ato como sendo uma reorganização do partido fundado em 1922. Em março de 1962, o PCdoB relançou A Classe Operária, órgão central do partido, dirigido por Grabois e Pedro Pomar.

Após abril de 1964, voltou a viver na clandestinidade. Por força do AI-2 (27/10/1965), teve seus direitos políticos cassados. Foi condenado, em vários processos na Justiça Militar, nas Auditorias do Rio de Janeiro, a penas que ultrapassavam 14 anos na soma. Em meados da década de 60, quando o PCdoB recebia forte influência do pensamento maoísta, Grabois foi destacado para dedicar-se ao estabelecimento de uma área de preparação da guerra popular prolongada, na região do Araguaia, onde passou a viver, estabelecendo-se na localidade de Faveira e sendo conhecido como Mário. Há registros de que chegou à região exatamente no dia de Natal de 1967, sendo morto também no Natal de 1973.

O último contato com sua mulher, Alzira da Costa Reys, foi em janeiro de 1972. Maurício teve um casal de filhos: André Grabois, também militante do PCdoB e morto no Araguaia, em outubro de 1973, e Vitória Lavínia Grabois Olímpio, que tinha sido casada com outro desaparecido do Araguaia, Gilberto Olímpio Maria. Em 10/10/1982, o jornal O Estado de São Paulo publicou que Maurício morreu com um tiro de FAL na cabeça, que arrancou-lhe o cérebro, e outro na perna, que provocou fratura exposta. Em 17/10/1982, o colunista Carlos Castello Branco escreveu no Jornal do Brasil que ouviu do general Hugo Abreu a informação de que Maurício Grabois estava enterrado na Serra das Andorinhas. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, confirma que Maurício foi morto em 25/12/1973, em Xambioá.

O jornalista Elio Gaspari escreveu:

“A guerrilha do Araguaia começou a acabar na segunda semana de dezembro. Os quadros do PCdoB no Araguaia eram 44. Camponeses, só dois. A maior parte dos combatentes juntou-se numa só coluna de 23 pessoas. Outros 15 guerrilheiros convergiram para um morrote na região de Palestina, perto da Transamazônica. Lá acampou a comissão militar. Havia mais seis cumprindo tarefas em outros lugares. A manobra concentraria toda a força guerrilheira



numa área de, no máximo, 50 quilômetros quadrados. Só a certeza de que o Exército não tinha tropa poderia justificar essa decisão. (...)

Entre os dias 20 e 21 de dezembro uma patrulha militar achara um forte rastro de uma coluna guerrilheira e seguiu-a a distância. Dois dias depois, outras duas patrulhas entraram na mata com o objetivo de cortar o caminho de sua vanguarda. (...) Na manhã do Natal de 1973, uma das patrulhas estava na região de Palestina. O acaso fez com que uma tropa que pretendia interceptar a marcha de uma coluna de guerrilheiros acabasse passando por seu ponto de destino, o morro onde estava a comissão militar.

Maurício Grabois, o Mário, pode ter sido o primeiro guerrilheiro a morrer. A narrativa de um oficial que se encontrava na região, mas não presenciou o choque, informa que ele estava sentado numa trilha quando, para surpresa mútua, um tenente viu-o à sua frente. Grabois tinha um revólver 38 e o oficial, uma submetralhadora. As duas armas travaram, mas o tenente teve a segunda chance. Há ainda duas outras versões. Numa, ele foi surpreendido enquanto comia. Na outra, foi morto em combate. Nesse choque morreram mais quatro guerrilheiros, entre eles seu genro Pedro. Grabois guardava consigo o arquivo da guerra. Desde o seu diário de campanha, até a coleção de panfletos, hinos e poemas de combatentes. Ao tiroteio, seguiu-se uma revoada de aviões e helicópteros que, por todo o dia, desembarcaram tropas e levaram para Marabá o que acharam. Tanto cadáveres como mochilas e objetos pessoais”.

O centro oficial de estudos, pesquisas, debates, publicações e formação política do PCdoB recebeu o nome Instituto Maurício Grabois.



NELSON LIMA PIAUHY DOURADO (1941-1974)

Número do processo: 229/96

Filiação: Anita Lima Piauhy Dourado e Pedro Piauhy Dourado

Data e local de nascimento: 03/05/1941, Jacobina (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 02/01/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Jacobina, fez o curso primário e o ginásio em Barreiras, na Escola de Dona Jovina e no Colégio Padre Vieira, respectivamente. Mudou-se então para Salvador, onde fez o curso científico nos colégios Bahia e Ipiranga. Funcionário da Petrobras, trabalhou na Refinaria Landolfo Alves, em Mataripe (BA). Filiou-se ao sindicato da categoria, onde desenvolveu intensa atividade. Em abril de 1964, foi preso e demitido do emprego. Por algum tempo, trabalhou como

motorista de táxi, passando a atuar no eixo entre Rio e São Paulo. Nessa época, costumava visitar seus pais em Barreiras, na Bahia. A partir de 1967, passou a atuar na clandestinidade, já como militante do PCdoB. O Relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, informa que Nelson viajou para a China em 13/09/1968, “onde realizou curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim”. Em contradição com esse registro, um documento do SNI informa que a viagem à China ocorreu em 26/01/1967.

Sabe-se que, antes de residir na localidade de Metade, no Araguaia, morou, também, no extremo norte de Goiás, tendo estabelecido uma farmácia em Augustinópolis, hoje estado de Tocantins, margem direita do Araguaia, bem perto da área da guerrilha. Integrante do Destacamento A, ficou conhecido na região pelo apelido Nelito. Conheceu Jana Moroni Barroso, a Cristina, com quem se casou em 1971. Nelson Lima Piauhy Dourado comandou um dos cinco grupos de cinco guerrilheiros que, após o ataque de Natal à Comissão Militar da guerrilha, combinaram seguir para rumos diferentes, conforme registrado no Relatório Arroyo.

Moradora da região, Adalgisa Moraes da Silva registrou em depoimento uma passagem sobre as atividades de Nelson (Nelito) na guerrilha: “(...) que os guerrilheiros haviam colocado fogo em uma ponte na Transamazônica, no Município de São Domingos; que a Rosinha, a Sônia, o Nelito, o João Araguaia, o Nunes, o Orlandinho, o Beto, o Alfredo, o Zé Carlos, o Edinho e Valdir, e o Zebão colocaram fogo na ponte para impedir que os carros passassem; que eles atacaram um posto da polícia militar e colocaram um soldado para ir a pé até Marabá, vestindo apenas uma cueca, pegaram as armas, as facas, o Alfredo vestiu a roupa do sargento, e passaram logo após na casa da declarante, vestindo roupa da Polícia Militar; que eles passaram na casa da declarante um dia após os fatos; que eles queimaram a ponte numa sexta-feira, atacaram o posto da Polícia Militar no domingo e estiveram na casa da declarante na segunda-feira seguinte”.

Quanto às condições concretas da morte ou desaparecimento de Nelson, reunindo informações contraditórias fornecidas por moradores da região, tem-se que José da Luz Filho, lavrador cujo pai permaneceu detido durante sete meses em Marabá, testemunha que Nelito e Cristina foram presos e levados para Bacaba. Zé da Onça afirma conhecer uma senhora, cujo nome não revelou, que saberia dizer onde estão as ossadas de Nelson Piauhy Dourado (Nelito), de Luiz Renê Silveira e Silva (Duda) e do camponês Pedro Carretel, todos mortos no mesmo dia segundo seu testemunho. Outro depoimento indica como possível local de sepultura de Nelson o castanhal Brasil-Espanha.



Raimundo Nonato dos Santos, conhecido como Peixinho, informa que Pedro Carretel foi preso por uma equipe de militares guiada por Zé Catingueiro, sendo ferido por um tiro do próprio Zé Catingueiro e que na mesma ocasião Nelito foi morto. Conta, também, que a operação onde morreu Nelito e foi capturado Carretel era comandada pelo capitão Rodrigues.

Pedro Matos do Nascimento, conhecido por Pedro Mariveti, relata que, preso na Bacaba, conversou com Babão, um guia do Exército, que contou terem matado e decapitado o Ari, conforme já descrito. Além disso, Babão disse que, na cabeceira da pista de pouso, na Bacaba, foram sepultados vários corpos. Ele se recorda de Babão ter dito que Nelito e uma japonesinha estariam enterrados lá.

Em 1974, agentes do DOPS de Salvador invadiram a casa dos irmãos de Nelson, apoderando-se de uma carta onde os seus companheiros de guerrilha informavam de sua morte. A polícia política do Regime Militar tentava não deixar qualquer prova da existência de combates na região do Araguaia. Seu irmão, José Lima Piauhy Dourado também desapareceu no Araguaia, na mesma época. Sua mãe faleceu nesse mesmo ano, ao saber da morte dos filhos. O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, apenas oficializou a informação de que Nelson foi “morto em 02/01/1974”.



VANDICK REIDNER PEREIRA COQUEIRO (1949–1973)

Número do processo: 046/96

Filiação: Elza Pereira Coqueiro e Arnóbio Santos Coqueiro

Data e local de nascimento: 09/12/1949, Boa Nova (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 17/01 ou setembro/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Vandick estudou em Jequié, no Instituto Régis Pacheco. Naquela cidade, participou de um grupo de estudo de literatura junto com outras duas guerrilheiras do Araguaia: sua futura esposa, Dinaelza, também desaparecida, e Luzia Reis Ribeiro, presa em 1972. Mais tarde, cursou Economia na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, até o 3º ano. Fez parte do Comitê Estudantil do PCdoB, em 1970, quando foi eleito para o DCE da Universidade. Era também professor de História. Em 1971, ele e Dinaelza Santana Coqueiro, sua mulher, foram juntos para a região do Gameleira, onde ficou conhecido como João Goiano, do Destacamento B.

Segundo o Relatório Arroyo, “Dinaelza e Vandick haviam ficado perto do local onde houvera o tiroteio em 17/12 contra Antônio Teodoro e Elmo, para encontrá-los e deveriam retornar no dia 28/12 num local bem próximo de onde houvera o tiroteio do dia 25/12, segundo informações de Osvaldão. No entanto, Antônio e Elmo já haviam se encontrado com Arroyo em outro local. Desde esta data estão desaparecidos”.

O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra apenas que foi “morto em 17/01/1974, pela equipe C 11”.

Pedro Vicente Ferreira, conhecido por Pedro Zuza, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, em 07/07/2001, disse que serviu de guia durante dois meses na região do Embaubal e que buscavam a turma do Osvaldão, já tendo matado o Amaury (Paulo Roberto Pereira Marques) e Zé Goiano ou João Goiano, como era chamado o Vandick, na região.

Baseado no Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram da repressão à guerrilha, Hugo Studart, em A Lei da Selva, apresenta uma data completamente diferente: “O Dossiê informa que morreu em set 74. Foi o penúltimo guerrilheiro a ser apanhado pelos militares”.



JOSÉ LIMA PIAUHY DOURADO (1946–1973)

Número do processo: 228/96

Filiação: Anita Lima Piauhy Dourado e Pedro Piauhy Dourado

Data e local de nascimento: 24/03/1946, Barreiras (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 24 ou 25/01/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Barreiras, fotógrafo, estudou no Colégio Padre Vieira e mudou-se para Salvador em 1960, onde cursaria a Escola Técnica Federal da Bahia. Em 1968, teve discreta participação no Movimento Estudantil e ligou-se nesse mesmo ano ao PCdoB, mesmo partido de seu irmão mais velho Nelson, também desaparecido no Araguaia. Em agosto de 1971, foi deslocado para aquela região, morando inicialmente próximo à Transamazônica. Integrou o Destacamento A da guerrilha e pertenceu à guarda da Comissão Militar, sendo conhecido como Zé Baiano.

Segundo o relatório Arroyo, “foi visto pela última vez, junto com Cilon quando tentavam encontrar o Jaime e o Ribas, que haviam se perdido em 28 ou



29/11/73, próximo da Grota do Nascimento, depois de descobertos pela repressão, quando Adriano foi morto”. Segundo depoimentos de moradores da região, ele levou um tiro na cabeça durante emboscada do Exército, sendo enterrado na localidade de Formiga.

Consta no relatório da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, uma anotação de novembro de 1974 informando que teria sido morto em 24 de janeiro daquele ano. Nas fichas entregues ao jornal O Globo, em 1996, consta a anotação de que foi preso em 25 de janeiro de 1974 e morto na mesma data.

Na certidão fornecida pela ABIN à CEMDP consta unicamente que, em março de 1975, o nome de José de Lima fazia parte de uma relação elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Em 1979, foi anistiado no Processo n. 13/72, da 6ª CJM, onde consta a relação de pessoas condenadas pela Lei de Segurança Nacional (LSN) absolvidas em face da Lei nº 6.683/79.



DINAELZA SANTANA COQUEIRO (1949–1973)

Número do processo: 047/96

Filiação: Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana

Data e local de nascimento: 22/03/1949, Vitória da Conquista (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 08/04/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiana de Vitória da Conquista, estudou em Jequié (BA), no Instituto Educacional Régis Pacheco, onde organizou o grêmio dos alunos. Em 1969, foi para Salvador cursar Geografia na Universidade Católica. Participou ativamente do Movimento Estudantil, sendo eleita para a Comissão Executiva do DCE. Nessa época, casou-se com Vandick, estudante de Economia, também desaparecido no Araguaia. Em 1970, ela e o marido já integravam o comitê estudantil do PCdoB. Trabalhou na empresa aérea Sadia, depois Transbrasil, até 1971, quando pediu demissão e foi deslocada para a região do Gameleira, no Araguaia, onde se tornou mais conhecida como Mariadina.

No sul do Pará, integrou o Destacamento B da guerrilha. Dinaelza participou de vários enfrentamentos armados. Sinésio Martins Ribeiro, guia do Exército, na época, afirmou em depoimento prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01: “ficou sabendo pelo Pedro Galego e Iomar Galego que a Mariadina (Dinaelza) foi presa no rumo da OP-1, dentro da mata; que quem prendeu ela foi o mateiro Manoel Gomes e entregou para o Exército; que segundo soube o depoente, ela foi levada para a casa do Arlindo Piauí para contar onde estavam

os outros e outras informações; que ela não falou nada; que lhe contaram que ela era muito bruta, porque ela não respondia nenhuma das perguntas e também cuspiu nos doutores; que por isso mataram ela um pouco adiante da casa do Arlindo Piauí, dentro da mata; (...).”

No relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, consta que, “usava os codinomes Dinorá e Maria Dina e que sua carteira de identidade havia sido apreendida em um aparelho rural do PCdoB”. Já o relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, registra que “Dinaelza foi morta em 8 de abril de 1974. (...) relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural. Levada a efeito pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá”. Segundo depoimento de moradores de Xambioá, Dinaelza foi capturada por forças do Exército.

No relatório apresentado pelos procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr., em 28/01/2002, também ficou registrado: “Mariadina: Dinaelza S. Coqueiro, foi presa por um mateiro e entregue ao Exército. Interrogada na casa de um camponês, teria cuspidido em um dos oficiais e então executada”.

O livro de Elio Gaspari traz depoimento de José Veloso de Andrade, encarregado da lanchonete da Bacaba, informando ter visto seis guerrilheiros, vivos, naquele acampamento militar: Mariadina (Dinaelza), Chica (Suely Yumiko Kanayama), Edinho (Hélio Luiz Navarro de Magalhães), Beto (Lúcio Petit), Valdir (Uirassu de Assis Batista), Pedro Carretel (Pedro Matias de Oliveira) e Rosa (Maria Célia Corrêa).

No livro de Hugo Studart, consta: “Foi presa e executada pelos militares. A arma do militar falhou no momento da execução, de acordo com depoimento a esta pesquisa. Teria sido enterrada perto de São Geraldo, segundo camponeses”.

Taís Moraes e Elmano Silva escreveram em Operação Araguaia sobre Dinaelza: “Presa pelo mateiro Manoel Gomes nas proximidades da OP-1, revoltou-se com o tratamento recebido do Exército. Meiga com os familiares, xingou o Major Curió de ‘chifrudo’ e cuspiu na cara de um oficial. Foi morta em 8 de abril de 1974, segundo os registros da Marinha”.

O número 208 de A Classe Operária, órgão oficial do PCdoB, trouxe trechos do depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados por Cícero Pereira Gomes, posseiro no Araguaia que colaborou com o Exército no combate à guerrilha. Depois de descrever com detalhes as torturas aplicadas a guerrilheiros e moradores da região, informou que o corpo



de Dinaelza Santana Coqueiro está enterrado na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo a Marabá, indicando o local da cova, perto de uma casa de tábuas.

Dinaelza era irmã de Diva Santana, que hoje dirige o Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integra a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, responsável por este livro-relatório.



UIRASSU ASSIS BATISTA (1952-1974)

Número do processo: 109/96

Filiação: Aidentalva Dantas Batista e Francisco de Assis Batista

Data e local de nascimento: 05/04/1952, Itapicuru (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 21/04/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido exatamente no mesmo dia, mês e ano que Custódio Saraiva Neto, divide com ele a condição de mais jovem entre todos os militantes do PCdoB deslocados para a região do Araguaia. Quarto filho em uma família de sete irmãos, Uirassu passou a infância e adolescência no interior da Bahia. Iniciou os seus estudos em Itapicuru, fez o curso primário em Rio Real e o ginasial em Alagoinhas. Em 1968, cursando o primeiro ano científico nessa cidade, iniciou a sua militância política no Movimento Estudantil e no PCdoB. Transferido em 1969 para o Colégio Central, em Salvador, teve uma participação ativa e decisiva no movimento secundarista. Fez parte da diretoria da ABES - Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas. No terceiro ano científico, sua participação foi tão intensa que passou a frequentar muito pouco as aulas. Mesmo assim, foi aprovado no vestibular na Universidade Federal da Bahia para a área de saúde. Em fevereiro de 1971, procurado pela Polícia Federal, optou pela militância clandestina.

Foi residir na localidade de Metade, no Araguaia. Pertencia ao destacamento A das Forças Guerrilheiras e usava o nome Valdir. Apesar de muito jovem, demonstrou grande capacidade de adaptar-se às novas condições.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que Valdir “foi morto em janeiro/74”, contrariando os muitos depoimentos já colhidos e transcritos nos dois casos anteriores. Em matéria publicada no jornal O Globo, em 29/04/96 consta que, “nas 54 fichas individuais, nas quais os

arapongas do Exército concentravam os dados sobre cada suspeito de integrar a guerrilha, a informação de que Uirassu Assis Batista havia sido morto em 11 de janeiro – ‘em Brejo Grande, próximo à Transamazônica’-pela equipe A1 foi riscada a caneta”.

As condições de sua prisão, portando feridas de leishmaniose foram também registradas por Taís Morais e Eumano Silva em Operação Araguaia: “Muito alegre e cheio de vida, gostava de frequentar festas e, conquistou a amizade dos companheiros e moradores da região. O camponês Antônio Félix da Silva viu Valdir, Antônio e Beto presos pelo Exército antes de serem executados, no dia 21 de abril de 1964. Valdir seguiu para o helicóptero pulando por causa das feridas de leishmaniose que lhe cobriam a batata da perna, e cantarolando. Os documentos da Marinha registram sua morte em abril de 1974”.

O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, contém a informação, extraída do Dossiê Araguaia, elaborado por militares que combateram a guerrilha, de que Uirassu morreu em 11 de janeiro de 1974.

No portal www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia estão arquivados vários depoimentos de moradores do Araguaia. Adalgisa Morais da Silva declarou em julho de 1996: “Eu vi o Valdir e o Beto, presos no helicóptero. Eles fingiam que não conheciam a gente e baixavam os olhos”. O depoimento de Antônio Félix da Silva, conhecido na região como Tota, já transcrito num caso anterior, acrescenta, especificamente a respeito de Uirassu: “por volta das 7 horas da manhã, do dia 21.04.1974, o declarante viu Antônio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala da casa, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon; que o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio; que, por volta das 9 horas da manhã, chegou o helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros; que o declarante apenas percebeu que Valdir estava ferido, parecendo ser um lecho (leishmaniose) na batata de sua perna, que atingia metade da mesma, tendo dificuldade para andar até o helicóptero; (...)”.





DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA (1945–1974)

Número do processo: 049/96

Filiação: Elza Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira

Data e local de nascimento: 16/05/1945, Castro Alves (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: julho de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Conhecida no Araguaia como Dina, cercada de fama legendária, Dinalva era baiana de Castro Alves. Cursou o primário na Escola Rural de Argoim e mudou-se para Salvador, cursando o ginásial no Instituto de Educação Isaías Alves, por onde também passaram Anísio Teixeira e Milton Santos. Completou o ensino médio no Colégio Estadual da Bahia e se formou em Geologia pela Universidade Federal, em 1968.

Durante o curso universitário, morava na Casa do Estudante e participou ativamente do Movimento Estudantil em Salvador, em 1967 e 1968, como representante da Residência Universitária Feminina, época em que foi presa, mas solta logo a seguir. Era militante do PCdoB. Nesse período, conheceu Antônio Carlos Monteiro Teixeira, seu colega de turma, também do PCdoB, com quem se casou em 1969. Naquele ano, o casal foi morar no Rio de Janeiro e trabalharam ambos no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério de Minas e Energia, participando também de atividades na SBPC.

Em maio de 1970, foram deslocados para a região do Araguaia, onde Dinalva atuou como professora, parteira e chegou a ser vice-comandante do Destacamento C, única mulher da guerrilha a alcançar um posto de comando. Conforme registrado anteriormente, quando tiveram início os choques armados, em abril de 1972, o casal já estava separado e tinha nascido um novo relacionamento entre ela e Gilberto Olímpio Maria, morto no Natal de 1973. Dina destacou-se por sua habilidade militar ao escapar de ataques inimigos e participar de várias ações armadas, sendo ferida em uma delas. Era tida como exímia atiradora. Sobreviveu ao ataque do Natal de 1973, mesmo enfrentando grave surto de malária.

Em A Lei da Selva, Hugo Studart descreve o primeiro desses combates, que chegaram a produzir a lenda de que Dina era capaz de se transformar em borboleta: “A lenda nasceu a partir de episódio ocorrido em 20 de setembro de 1972, quando houve um combate com uma patrulha de oito pára-quedistas do Exército, comandada pelo então capitão Álvaro de Souza Pinheiro, mais tarde promovido a general, e filho do general Ênio de Souza Pinheiro, ex-

chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), primeiro comandante da Escola Nacional de Informações, ESNI, e um dos líderes da inteligência militar na época. Os soldados metralharam a área em que quatro guerrilheiros se escondiam. Dois morreram na hora e um terceiro, apanhado ferido, morreu mais tarde. Dina disparou um tiro que feriu o capitão Álvaro no ombro. Ela escapou, com um arranhão de bala no pescoço”.

O Relatório da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, assim descreve a atuação de Dina no início de 1973: “entre os dias 30 jan e 02 fev 73, acompanhada por outros elementos, percorreu várias casas de caboclos da região de Pau Preto, onde foi comprado arroz e distribuído um manifesto do PCdoB, prometendo aos elementos da região que após a derrubada do governo seriam instalados na mata escolas e hospitais. Na ocasião, foi notado que o grupo de Dina portava armas semelhantes às usadas pelo Exército, e que a mesma portava uma atravessada no peito que aparentava ser automática. A Dina comentou que o grupo estava preparado para vingar os companheiros mortos durante as operações militares ocorridas em set 72”. E o relatório conclui informando a data de sua morte: “jul 74, teria sido morta em Xambioá”.

Segundo depoimentos contraditórios de moradores da região, Dina teria sido presa na Serra das Andorinhas em estado adiantado de gravidez, versão que é reforçada, sem certeza, pelo coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral no depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em diferentes versões, ora se afirma que Dina foi presa junta com Lia (Telma Regina Cordeiro Corrêa), ora com Tuca (Luiza Augusta Garlippe).

Sobre sua morte, Hugo Studart apresenta um relato bastante detalhado, no livro *A Lei da Selva*, com destaque para o fato de apontar claramente o nome do autor da execução sumária: “A subcomandante Dina foi presa na selva por uma patrulha de guerra do Exército (...), em junho de 1974, numa localidade chamada Pau Preto, entre o Rio Gameleira e o Igarapé Saranzal. Estava em companhia da guerrilheira Luiza Augusta Garlippe, codinome Tuca, integrante do Destacamento B”. Em nota de pé de página, o autor do livro escreve: “O Dossiê registra a morte de Tuca em julho daquele ano, mesma época da morte de Dina. Informações de militares dão conta de que Tuca teria sido executada no mesmo dia de Dina, em ações separadas. In: Depoimento oral de Louro (codinome), em 21 de setembro de 2002”.

Retomando o relato de Studart sobre a morte de Dina, segue a narrativa: “Levada para interrogatório em Marabá, permaneceu por cerca de duas semanas nas mãos de uma equipe de inteligência militar. Estava fraca, desnutrida, havia



quase um ano sem comer sal ou açúcar. Por causa da tensão, fazia seis meses que não menstruava. No início de julho, o capitão Sebastião de Moura, codinome Dr. Luchini (Dr. Curió), retirou Dina. Levaram-na de helicóptero para algum ponto da mata espessa, perto de Xambioá. Um sargento do Exército, Joaquim Artur Lopes de Souza, codinome Ivan, chefiava a pequena equipe, três homens. (...)

- 'Vou morrer agora?', perguntou a guerrilheira.

- 'Vai, agora você vai ter que ir', respondeu Ivan.

- 'Eu quero morrer de frente', pediu.

- 'Então, vira pra cá.'

Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho que medo – relataria mais tarde o militar aos colegas de farda. Ele se aproximou da guerrilheira, parou a dois metros de distância e lhe estourou o peito com uma bala de pistola calibre 45. O tiro pegou um pouco acima do coração. O impacto jogou Dina para trás. Levou um segundo tiro na cabeça. Foi enterrada ali mesmo". Hugo Studart complementa em novo pé de página: "Seu corpo foi inicialmente enterrado no local da execução. Em 1975, teria sido exumado e levado para a cremação em outro local".



PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS (1945-1972)

Número do processo: 147/96

Filiação: Maria do Carmo Costa Bastos e Othon Ribeiro Bastos

Data e local de nascimento: 16/2/1945, Juiz de Fora (MG)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local do desaparecimento: 11/7/1972, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 4/12/95



SÉRGIO LANDULFO FURTADO (1951-1972)

Número do processo: 001/96

Filiação: Diva Landulfo Furtado e George de Souza Furtado

Data e local de nascimento: 24/05/1951, Serrinha/BA

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local do desaparecimento: 11/07/1972, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 4/12/95

Data da publicação no DOU: 14/10/97

Militantes do MR-8, foram presos, de acordo com as informações que puderam ser colhidas, em 11/07/1972, no bairro da Urca, Rio de Janeiro. Há duas versões sobre os fatos: ou foram presos no próprio apartamento em que residiam, ou conseguiram escapar dali e se refugiaram num ônibus que foi interceptado adiante, numa barreira dos agentes dos órgãos de segurança que fechava a única saída daquele bairro densamente habitado por oficiais. Foram levados ao DOI-CODI/RJ, sendo torturados e mortos. Os dois nomes integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Paulo era nascido em Juiz de Fora e filho do general de divisão da ativa do Exército, Othon Ribeiro Bastos. Coursou o 1º e o 2º graus no Colégio Militar do Rio de Janeiro, ingressando na Faculdade de Engenharia da UFRJ. Concluiu sua graduação acadêmica em 1970 e trabalhou como engenheiro hidráulico no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Era casado com Tereza Cristina Denucci Martins. Estava atuando na clandestinidade e respondeu a vários processos por integrar o MR-8. No “livro negro” do Exército, consta que ele teria participado, em 22/11/1971, de assalto a um carro-forte da empresa Transport, em Madureira, quando um dos guardas foi morto e outros três baleados.

Sérgio nasceu em Serrinha (BA) e foi estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia, passando a atuar na clandestinidade desde 1969. Integrou a Dissidência Comunista da Bahia, que se reuniu à Dissidência da Guanabara na constituição do MR-8. Respondeu a diferentes processos na Justiça Militar, sendo julgado à revelia, por participação em várias ações armadas, inclusive o assalto ao carro-forte mencionado no parágrafo anterior.

No próprio dia de sua prisão, Sérgio havia telefonado à mãe, para dar-lhe um beijo pelo Dia das Mães já transcorrido. No dia 24/07, seus pais receberam telefonema em Salvador, informando que o filho tinha sido preso no Rio de Janeiro. De imediato, viajaram para lá, constituindo como advogado Augusto Sussekind, que impetrou habeas corpus junto ao STM. Nunca conseguiram obter respostas sobre o paradeiro de Sérgio. Estiveram com o general Fiúza de Castro, que negou a prisão, e ainda escreveram ao presidente Emílio Garrastazu Médici, mais tarde escreveram ao ministro da Justiça de Ernesto Geisel, Armando Falcão. Nos processos a que respondia como militante do MR-8, Sérgio continuou sendo julgado e foi condenado à revelia em alguns e absolvido em outros.

Denúncias sobre a prisão dos dois militantes foram feitas nas auditorias militares por Paulo Roberto Jabour, Nelson Rodrigues Filho, Manoel Henrique Ferreira e Zaqueu José Bento. Em 1978, o ministro do STM, general Rodrigo



Octávio Jordão, requereu ao tribunal que fosse investigado o desaparecimento de Paulo e Sérgio, mas nada foi apurado.

O livro Desaparecidos Políticos, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, transcreve depoimento do preso político Paulo Roberto Jabour, escrito em 20/2/1979, quando se encontrava recolhido ao Presídio Milton Dias Ferreira, no Rio de Janeiro. Jabour reporta que “Durante o período inicial da minha prisão, tive algumas indicações sobre a prisão e morte de Paulo e Sérgio. Citei aqui três delas:

1 – Já transferido para o 1º Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, fui chamado, certo dia, no começo de agosto de 1972, à presença de um elemento pertencente aos órgãos de segurança que, de posse de uma fotografia de Paulo, pediu que eu o identificasse como sendo o militante que usava o codinome Luís, pois isto, segundo ele, melhoraria a situação de Paulo, seria melhor para ele. Presenciou esta entrevista o major Diogo, S-2 do citado quartel.

2 – Ainda no começo de agosto e no mesmo quartel, fui chamado a prestar depoimento no IPM instaurado para apurar as atividades do MR-8. A certa altura deste depoimento, o encarregado do inquérito, major Oscar da Silva (com o qual eu havia tido o meu primeiro encontro ainda no DOI-CODI, no 1º Batalhão de Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, durante a fase de torturas) insistiu para que eu nomeasse os militantes do MR-8 que eu conhecia. Tendo eu, em resposta a isso, apenas nomeado os companheiros dados publicamente como mortos ou sabidamente desaparecidos (...), o citado major, à guisa de intimidação, perguntou se eu não gostaria de incluir o nome de Sérgio Landulfo nesta lista.

3 – Respondendo a vários processos, tive que comparecer inúmeras vezes ao DOPS para prestar depoimento. Assim, pude constatar, durante o segundo semestre de 1972, que era voz corrente neste órgão repressivo que Sérgio Landulfo, o Tom, tinha sido morto. Idêntica constatação pode fazer Nelson Rodrigues – também conduzido frequentemente ao DOPS. A Nelson, o escrivão chamado Bioni confirmou a veracidade da notícia da morte de Sérgio”.

A morte de Sérgio Landulfo Furtado também foi assumida na já mencionada entrevista que um general estreitamente vinculado aos órgãos de segurança do regime militar concedeu à Folha de S. Paulo em 28/01/1979.



CÉLIO AUGUSTO GUEDES (1920-1972)

Número do processo: 320/96

Filiação: Adosina Santos Guedes e Julio Augusto Guedes

Data e local de nascimento: 21/06/1920, Mucugê (BA)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 15/08/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 01/08/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 05/08/96

Baiano de Mucugê, Célio Augusto foi criado e educado em Salvador, onde se formou em Odontologia. Militou no PCB e era irmão do jornalista e dirigente daquele partido Armênio Guedes. Ainda estudante, trabalhou como lapidário de pedras semipreciosas, ofício que aprendeu em casa, e com isso pagou seus estudos e ajudou o sustento da família, depois da morte de seu pai. Adolescente, quando fazia curso complementar para prestar exame vestibular, seguindo a tradição da família, ingressou na célula da Juventude Comunista do Ginásio da Bahia – isso na segunda metade dos anos 30, quando se instalou no País o Estado Novo. Numa panfletagem feita pela célula da Juventude Comunista no Ginásio da Bahia, denunciando violências da ditadura getulista, militantes foram presos e levados para o DOPS, onde ficaram detidos e submetidos a interrogatórios por mais de trinta dias. Entre eles, identificado como um dos líderes da “subversão”, estava Célio. Desde então, jamais se afastou da atividade do partido, fosse ela de simples militante ou como membro da direção estadual; tanto nos curtos períodos de legalidade como nos longos e difíceis anos de clandestinidade. Em abril de 1964, a casa de Célio, em Salvador, foi invadida e saqueada por militares – o que o obrigou à vida clandestina e a mudar-se para o Sul.

Nessa época, foi indicado para trabalhar no aparelho de segurança da direção nacional do partido. Nesse novo posto, durante vários anos, coube a ele a responsabilidade da movimentação de Prestes dentro do País - isso até a saída para o exílio do secretário-geral do partido. Em julho de 1972, recebeu a missão de ir num carro do partido a Montevidéu, para encontrar o médico Fued Saad, que voltava de uma viagem ao exterior e devia ingressar clandestinamente no Brasil, tarefa em que Célio estava treinado e havia realizado com êxito em vezes anteriores. Ao cruzar um posto na fronteira, entre Jaraguá e Rio Branco, os dois foram identificados, detidos e transportados em avião diretamente para a sede do Cenimar no Rio de Janeiro onde Célio Guedes, segundo seu irmão Armênio, morreu sob tortura, aos 53 anos, em 15/8/1972. A comunicação do falecimento só foi feita à família quinze dias depois.



Seu corpo entrou no IML/RJ pela guia nº 6 do DOPS/RJ e a certidão de óbito registra: “morto às 18h, no Pátio Externo dos fundos do Edifício do Comando do 1º DN”. Assinada pelo legista Gracho Guimarães Silveira, essa certidão confirma a versão oficial de que Célio caiu de uma janela, sofrendo ruptura da aorta, pulmão, fígado, baço e rins. As fotos incluídas no laudo da perícia do local, encontradas no Instituto Carlo Eboli/RJ, mostram várias escoriações pelo corpo, enquanto documentos informam que “a vítima teria se projetado do sétimo andar da janela de um banheiro ali existente”. O corpo foi enterrado pela família no Cemitério São João Batista no dia 30/8/1972. A CEMDP não localizou o laudo necroscópico, nem tampouco o inquérito que, obrigatoriamente, deveria ter sido instaurado para apuração do suposto suicídio de um preso em dependência militar.

A conclusão do relator na CEMDP foi de que a morte de Célio Augusto Guedes, mesmo sendo por suicídio, estava plenamente amparada nos critérios da Lei n. 9.140/95. Constatou em ata a ressalva dos conselheiros Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa, de que não aceitavam a versão oficial de suicídio, em função das lesões visíveis em seu rosto, pela inexistência do laudo necroscópico e pela ausência do inquérito que deveria ter sido instaurado para apuração dos fatos.

.....



ESMERALDINA CARVALHO CUNHA (1922-1972)

Número do processo: 142/04

Data e local de nascimento: 01/04/1922, Araci (BA)

Filiação: Menervina Carvalho Cunha e Cândido de Sena Cunha

Organização política ou atividade: denúncia da morte da filha como resultado de torturas

Data e local da morte: 20/10/1972, Salvador (BA)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Deferido em: 02/06/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 13/7/2006

.....

Esmeraldina Carvalho Cunha foi encontrada morta na sala de sua casa, em Salvador (BA), no dia 20/10/1972, aos 49 anos. O corpo estava pendurado num fio de máquina elétrica.

Esmeraldinha fora casada com Tibúrcio Alves Cunha Filho, com quem teve cinco filhas. A mais nova, Nilda Carvalho Cunha, conforme já relatado neste livro, tinha morrido um ano antes, em 14/11/1971, após dois meses de prisão e torturas em Salvador. A filha Leônia foi militante do PCB e da POLOP. Lúcia também chegou a ser presa, mas foi logo solta. A mais velha, Lourdes foi

cruelmente assediada durante muito tempo por agentes do Exército, o que lhe causou sérios problemas emocionais e comportamentais. Esmeraldina, mãe exemplar, separada do marido, lutava pela vida de suas filhas militantes. A dor pela morte de sua caçula, Nilda, a transtornou, mas seu suposto suicídio sempre foi questionado pela família.

Nilda fora presa na madrugada de 20/8/1972, junto com Jaileno Sampaio, seu namorado, na casa onde foi morta Lara Lavelberg, conforme descrito na chamada “Operação Pajuçara”, organizada pelos órgãos de segurança para capturar Lamarca. Assim que soube da prisão da filha, Esmeraldina revirou a Bahia. Procurava os comandantes militares, o juiz de menores, advogados, tentava romper a incomunicabilidade imposta pelo regime. Só conseguiu vê-la tempos depois, na Base Aérea de Salvador. Encontrou a filha em estado lastimável pelas torturas.

Esmeraldina enfrentou, por duas vezes, o major Nilton de Albuquerque Cerqueira, um dos carcereiros da filha, conforme relata o livro Lamarca, o capitão da guerrilha, de Emiliano José e Oldack Miranda. Da primeira vez, o major tentou impor como condição para a soltura de Nilda, que a mãe voltasse a viver com o ex-marido, o que não se concretizou e quase impediu a liberdade da filha. Da segunda vez, o major esteve no quarto de hospital em que Nilda, já em liberdade, estava internada para tratamento. Sua presença e ameaças de retorno à prisão agravaram o estado de Nilda, que morreu dias depois, em circunstâncias nunca esclarecidas.

Esmeraldina não suportou a morte prematura da filha caçula, entrou em depressão profunda e foi internada no Sanatório Ana Nery. Ao sair, passou a buscar desesperadamente as pessoas que poderiam esclarecer o que ocorrera com Nilda — seu médico, que viajara para a Europa, os diretores dos hospitais onde estivera internada. Não encontrava ninguém. Oldack Miranda e Emiliano José descrevem em seu livro: “(...) Ela não se conformava com a morte da filha, chorava, andava pelas ruas da cidade, delirava e gritava: — Eles mataram minha filha, uma criança! Eles mataram minha filha. São assassinos, do Exército, do Governo. Estão matando estudantes... Até que aparecia alguém e a levava para casa. Mas em qualquer lugar recomeçava de repente a gritar, a falar contra o Governo. Incomodava. (...)”.

Em certa ocasião, quando bradava pelas ruas a morte de Nilda, Esmeraldina foi detida pela Rádio Patrulha, levada à Secretaria de Segurança Pública e liberada, por intervenção de uma amiga que a vira chegar presa. Recebeu, tempos depois, a visita de um estranho que lhe levava um recado, dizendo: “o major mandou avisar à senhora que se não se calar, nós seremos obrigados



a fazê-lo". Mas Esmeraldina não se intimidou e não se calou — as praças de Salvador acolhiam sua angústia e suas denúncias.

A CEMDP fez diversas diligências na busca da verdade, mas nenhuma informação adicional foi acrescida ao processo que, além do relato, contém depoimentos de alguns dos amigos que viram os protestos em praça pública e tiveram conhecimento das ameaças que sofria.

O relatório da CEMDP constata que a angústia e o desespero pela morte de sua filha deixaram Esmeraldina inconsolável, ao se ver envolvida numa trama semelhante à personagem de Kafka em O Processo: cada passo voltava à primeira instância. Destaca, ainda, o relato da filha Leônia de que a mãe, um dia antes de morrer, comprara novos móveis para a casa e que, ao encontrar a mãe dependurada, pudera ver marcas de sangue no chão, que sua face não estava arroxeadada, nem sua língua estava para fora, que não houvera deslocamento da carótida, e que mal trazia marca do fio no pescoço.

A CEMDP considerou que a documentação confirmava que a morte de Esmeraldina Carvalho Cunha se deu em conseqüência de seus atos públicos contrários aos interesses da época, resultantes de seu inconformismo e conhecimento das atrocidades praticadas por agentes do poder público.



.....
JOÃO CARLOS CAVALCANTI REIS (1945-1972)

Número do processo: 167/96

Filiação: Helena Cavalcanti Reis e João Viveiros Reis

Data e local de nascimento: 8/8/1945, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 30/10/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 7/8/1997 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes).

Data da publicação no DOU: 13/8/1997

Baiano de Salvador, João Carlos Cavalcanti Reis cursava o quinto ano da Faculdade de Engenharia Mackenzie, em São Paulo, quando se vinculou à ALN e participou de algumas ações armadas durante o ano de 1969. Saiu do País após a onda de prisões que atingiu a organização no final daquele ano, envolvendo um seu sobrinho, Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, participante do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick. Depois de receber treinamento militar em Cuba, retornou clandestinamente ao Brasil, já como militante do Movimento de Libertação Popular – MOLIPO. Foi morto no bairro de Vila Carrão, na capital paulista, no dia 30/10/1972. A versão oficial anunciava que, após travar tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e morreu.

Os legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão assinaram o óbito alegando como causa da morte lesões traumáticas crânio-encefálicas. Os familiares viram o corpo no IML, onde também se encontrava o corpo de Antonio Benetazzo, dirigente do MOLIPO, morto no mesmo dia. O caixão funerário foi entregue lacrado e soldado sob o compromisso e a recomendação de jamais ser exumado. Durante o enterro no Cemitério Gethsêmani, um agente de segurança vigiou os procedimentos da família. Antes da montagem do processo referente a João Carlos para exame na CEMDP, a denúncia que constava no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos era de que fora fuzilado na data e local informados na versão oficial. O exame dos documentos, entretanto, revelou dados novos e levou à conclusão de que a versão oficial era falsa.

Pelo que foi possível reconstruir a partir de vários depoimentos, João Carlos e Natanael de Moura Girardi tinham perdido há dois dias o contato com Antonio Benetazzo. Na busca de notícias, foram à casa do militante Rubens Carlos Costa, onde Benetazzo havia sido preso dois dias antes. Instalados na casa vizinha, estavam os agentes do DOI-CODI. Natanael conseguiu escapar do cerco, mas João Carlos não.

A certidão de óbito, atestada por Isaac Abramovitch, anota que João Carlos Cavalcanti Reis teria falecido no dia 30 de outubro de 1972, às 19 horas. O declarante é o funcionário do DOPS Miguel Fernandes Zaniello.

Abramovitch e Orlando Brandão descreveram duas lesões de entrada na cabeça: no canto externo do supercílio direito, com ferimento de saída na região occipital; e outro ferimento de entrada no canto direito da rima bucal, que fraturou os incisivos laterais direitos e saiu pela porção inferior da região occipital. Apontam, ainda, ferimentos no terço inferior de ambas as pernas, sem descrever a natureza das lesões ou os instrumentos que as produziram.

A Requisição de Exame ao IML, encaminhada por um delegado do DOPS, no dia 30 de outubro, repete o mesmo horário. No entanto, a ficha do IML encontrada nos arquivos do DOPS/SP informa que João Carlos deu entrada no necrotério às 22 horas, vestindo apenas cueca de náilon castanho e meias de algodão cinza. Considerou a maioria da CEMDP que, com certeza, não era possível que João Carlos, assim trajado, tivesse participado de um tiroteio ocorrido supostamente três horas antes da entrada de seu corpo no IML, sendo falsa a versão oficial dos órgãos de segurança.





VITORINO ALVES MOITINHO (1949-1973)

Número do processo: 085/96
Filiação: Yolinda Alves Moitinho e Izaú Lopes Moitinho
Data e local de nascimento: 03/01/1949, Poções (BA)
Organização política ou atividade: PCBR
Data e local da morte: 27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)
Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95
Deferido em: 02/10/97 por 6x1, (voto contra do general
Oswaldo Pereira Gomes)
Data da publicação no DOU: 14/10/97



ALMIR CUSTÓDIO DE LIMA (1950-1973)

Número do processo: 123/96
Filiação: Maria de Lourdes Guedes de Lima e João Custódio de Lima
Data e local de nascimento: 24/05/1950, Recife (PE)
Organização política ou atividade: PCBR
Data e local da morte: 27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)
Relator: general Oswaldo Pereira Gomes
Deferido em: 18/03/1996 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira
Gomes e de João Grandino Rodas)
Data da publicação no DOU: 21/03/1996



RAMIRES MARANHÃO DO VALLE (1950-1973)

Número do processo: 096/96
Filiação: Agrícola Maranhão do Valle e Francisco Clóvis Marques do Valle
Data e local de nascimento: 02/11/1950, Recife (PE)
Organização política ou atividade: PCBR
Data e local da morte: 27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)
Publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



RANÚSIA ALVES RODRIGUES (1945-1973)

Número do processo: 124/96
Filiação: Áurea Alves Siqueira e Moisés Rodrigues Vilela
Data e local de nascimento: 18/06/1945, Garanhuns (PE)
Organização política ou atividade: PCBR
Data e local da morte: 27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)
Relator: general Oswaldo Pereira Gomes
Deferido em: 18/03/1996 por unanimidade
Data da publicação no DOU: 21/03/1996

Esses quatro militantes do PCBR foram mortos pelos órgãos de segurança do regime militar em 27/10/1973, no Rio de Janeiro, e a cena para legalização das execuções foi montada na Praça Sentinela, em Jacarepaguá. Ramires, Almir e Vitorino aparecem totalmente carbonizados dentro de um Volkswagen, enquanto o corpo de Ranúcia jaz baleado, embora não queimado. Foram esses os últimos membros do PCBR a serem mortos no longo ciclo do regime militar, encerrando a série iniciada com o assassinato sob torturas de Mário Alves, principal dirigente e fundador do partido, em janeiro de 1970, no DOI-CODI/RJ. Em outubro de 1973, quando dessas últimas quatro mortes, o PCBR já estava reduzido a um pequeno círculo de militantes.

Os documentos oficiais dos arquivos dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica mostram versões desconstruídas sobre a morte dos quatro militantes. Alguns fatos só começaram a ser esclarecidos com a abertura dos arquivos secretos do DOPS, no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

No dia 29/10/1973, a imprensa carioca apenas noticiou a morte de dois casais em Jacarepaguá. O Jornal do Brasil estampou "Polícia especula, mas nada sabe ainda sobre os casais executados em Jacarepaguá", enquanto O Globo noticiou: "Metralhados dois casais em Jacarepaguá".

Nenhum dos jornais citou nomes dos mortos. O mesmo ocorreu na matéria da revista *Veja*, de 07/11/1973, "Quem matou quem?". Somente em 17/11/1973, tanto em O Globo quanto no Jornal do Brasil, respectivamente, sob os títulos "Terroristas morrem em tiroteio com as Forças de Segurança" e "Terroristas são mortos em tiroteio", se lê: "em encontro com forças de segurança, vieram a falecer, após travarem cerrado tiroteio, quatro terroristas, dois dos quais identificados como Ranúcia Alves Rodrigues, 'Florinda', e Almir Custódio de Lima, 'Otávio', pertencentes à organização clandestina subversiva intitulada PCBR".

Os nomes de Vitorino e Ramirez não foram citados nas matérias e, como consequência, esses dois militantes passaram a figurar nas relações de desaparecidos políticos, integrando a lista anexa à Lei nº 9.140/95.

No livro *Dos Filhos Deste Solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio assim registraram o episódio:

"Chovia na noite de 27 de outubro de 1973, um sábado. Alguns poucos casais escondiam-se da chuva junto do muro do Colégio de Jacarepaguá, no Rio. Por volta das 22h um homem desceu de um Opala e avisou: 'Afastem-se porque a barra vai pesar'. O repórter de *Veja* (7/11/73) localizou alguém que testemunhou



o significado desse aviso: 'Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros'. (...) Vindos de todas as ruas que levam à praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho (AA 6960) e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados”.

Essa mulher era Ranússia Alves Rodrigues, pernambucana de Garanhuns e estudante de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco. Já tinha sido presa uma vez, em Ibiúna (SP), em 1968, quando participava do 30º Congresso da UNE, sendo expulsa da Universidade pelo Decreto nº 477 no ano seguinte. Vivendo na clandestinidade como militante do PCBR, teve uma filha, Vanússia. Atuava no Rio de Janeiro desde outubro de 1972. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar sustentavam que ela teria participado, como cobertura médica, da execução do delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr., do DOI-CODI/SP, em Copacabana, no dia 25/02/1973. Sua foto e seu nome tinham sido divulgados, erroneamente, como uma das pessoas mortas na chamada Chacina de Quintino, em 29/03/1972, conforme já relatado neste livro-relatório, no lugar de Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo.

Ramires Maranhão do Valle nasceu em Recife e, no final de 1961, passou no exame para cursar o Colégio Militar, embora não tenha conseguido vaga. Matriculou-se, então, no colégio São João, estudando até a 3ª série ginasial e destacando-se, também, em atletismo. Devido à composição social elitista dessa escola, enfrentou conflitos com colegas que se opunham ao governo estadual de Miguel Arraes. Depois de abril de 1964, preferiu transferir-se para o colégio Carneiro Leão, onde concluiu a 4ª série. Interessado em agricultura, foi cursar o colegial na Paraíba, na escola agrícola Vidal Negreiros, em Bananeiras. Permaneceu apenas um ano nesse estabelecimento e retornou a Recife, matriculando-se no colégio salesiano Sagrado Coração. Não chegou a concluir o curso secundário devido às perseguições policiais por sua atuação política no meio estudantil. Na primeira vez em que foi preso, aos 16 anos, estava participando de manifestação do Movimento Estudantil contra o acordo MEC-USAID, nas escadarias da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Junto com ele foi preso Fernando Santa Cruz, que também seria assassinado pelos órgãos de segurança em 1974. Nessa ocasião, Ramires permaneceu oito dias no Juizado de Menores.

No enterro do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, assassinado em Recife, em 21/08/1969, Ramires, rompendo a vigilância policial, promoveu um comício relâmpago em uma das pilastras da Ponte da Torre, por onde passava o cortejo. Em decorrência da perseguição policial que se seguiu, teve de passar à vida clandestina, vinculando-se ao PCBR. Atuou clandestinamente em Fortaleza (CE)

e radicou-se no Rio de Janeiro em 1971. Em todo esse período, manteve contato com parentes através de cartas, telefonemas ou mesmo visitas, embora raras. O último encontro aconteceu em fevereiro de 1972. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar atribuem a ele participação em várias ações armadas, inclusive em duas execuções: a do delegado Octavinho, mencionada há pouco e a do ex-presos político do PCBR Salatiel Teixeira Rolins, acusado por seus companheiros de ser responsável pela prisão de Mário Alves.

Seu desaparecimento foi denunciado pela família à ONU, ao Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. No Relatório do Ministério do Exército, de 1993, consta que foi morto junto com dois companheiros em tiroteio com as forças de segurança.

O pernambucano Almir Custódio de Lima tinha 23 anos quando foi morto. Fez o curso médio na Escola Técnica Federal de Recife e foi metalúrgico, tendo trabalhado na Aluferco, no Rio de Janeiro. Casou-se aos 21 anos com Nadja Maria de Oliveira, em 10/08/1971. Não foi possível reunir mais informações sobre sua biografia e sobre atividades políticas anteriores. O “Livro Negro do Terrorismo no Brasil”, de autoria atribuída ao Centro de Informações do Exército, registra que os quatro militantes do PCBR foram localizados a partir de uma operação em que Almir passou a ser seguido intensamente, após denúncia de um informante na primeira quinzena de outubro de 1973. Esse documento também o inclui entre os participantes da execução de Salatiel Teixeira Rolins, num bar do Leblon, dia 22/07/1973, onde teria pichado uma parede com a sigla PCBR e jogado sobre o cadáver panfletos assinados “Comando Mário Alves”.

Vitorino Alves Moitinho, o Tiba, saiu de São Mateus (ES) para estudar e trabalhar no Rio de Janeiro, indo morar com seus irmãos no Catete. Enquanto estudava, trabalhava, também, como bancário e operário. Respondeu a alguns processos por sua militância política, sendo por esse motivo obrigado a viver na clandestinidade. Já militando no PCBR, tinha sido preso antes, na ofensiva contra esse partido ocorrida no Nordeste, em março de 1972, deixando como saldo as mortes de Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, Miriam Lopes Verbena e Ezequias Bezerra da Rocha, cujos casos já foram apresentados neste livro-relatório. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que ele “teria morrido juntamente com outros subversivos, durante operação não definida”. Não há confirmação de sua morte no Relatório do Ministério do Exército, mas o da Aeronáutica afirma que Vitorino foi “morto em 27/10/1973, num carro, em Jacarepaguá, juntamente com outros três militantes do PCBR”. Documentos dos órgãos de segurança o incluem, ao lado de Ramires, como autor dos disparos que mataram Salatiel Teixeira Rolins.



Todos os corpos deram entrada no IML como desconhecidos e foram necropsiados por Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos, que confirmaram a versão oficial. A partir de 1991, com os documentos encontrados em arquivos do DOPS foi comprovada a morte dos dois desaparecidos. Documento de informação do Ministério da Aeronáutica de 22/11/1973, de n. 575, encontrado no arquivo do antigo DOPS/SP, afirma: “dia 27/10/1973, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, foram mortos os seguintes militantes do PCBR: Ranússia Alves Rodrigues, Ramires Maranhão do Valle, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho”.

Apesar de os quatro militantes estarem perfeitamente identificados, os órgãos de segurança omitiram as mortes de Ramirez e Vitorino e ainda enterraram todos sem identificação, como indigentes, no cemitério Ricardo de Albuquerque, Rio de Janeiro. Em 02/04/1979, seus restos mortais foram transferidos para o osuário geral e, por volta de 1980 ou 1981, para uma vala clandestina com cerca de duas mil outras ossadas.

No arquivo do DOPS/RJ, foi encontrado um documento do I Exército, de 29/10/1973, que narra o cerco aos quatro militantes desde o dia 08/10/1973, culminando com a prisão de Ranússia na manhã do dia 27/10/1973. O documento inclui interrogatório e declarações de Ranússia no DOI-CODI/RJ. O relatório fala de farta documentação encontrada com ela e menciona a morte dos quatro militantes, dando-lhes os nomes completos. A versão divulgada pelo DOPS é que os militantes do PCBR perceberam a presença de “elementos suspeitos” e tentaram fugir, acionando suas armas. Como o carro teria começado a pegar fogo, não foi possível retirar as pessoas que estavam dentro. Laudo e fotos da perícia no local mostram Ranússia morta perto do carro, tendo ao fundo um Volkswagen incendiado, onde estavam carbonizados Ramires, Vitorino e Almir.

A CEMDP analisou os processos de Almir e Ranússia, visto que os outros dois casos já foram reconhecidos automaticamente pela inclusão no Anexo da Lei nº 9.140/95. Em seu parecer, o relator general Osvaldo Pereira Gomes considerou que a versão oficial era verdadeira, apesar de alguns pontos considerados obscuros. Propôs aprovação somente do processo de Ranússia, que nos documentos resgatados dos arquivos policiais aparecia como presa, e o indeferimento no caso de Almir. No entanto, a maioria da CEMDP aprovou os dois processos, considerando que todos foram mortos nas mesmas circunstâncias e que a versão oficial não se sustentava após exame das provas anexadas.



JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA (1939 – 1975)

Número do processo: 283/96

Filiação: Maria Nathália da Silva Rocha e Mário Rocha

Data e local de nascimento: 04/08/1939, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local do desaparecimento: junho de 1975, Bahia

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Dirigente do Molipo, seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Fez o curso primário em Amargosa, na Bahia, onde moravam seus pais. Estudou o primeiro ano do curso secundário no colégio dos Irmãos Maristas, em Salvador, ingressando em 29/02/1952 no Seminário Católico de Aracaju, onde permaneceu até 1957. Em 1959, aprovado no concurso, tornou-se funcionário do Banco do Brasil em Alagoinhas (BA), cidade em que seus pais passaram a residir. Nesse mesmo ano, começou a lecionar Português e Latim no Colégio Santíssimo Sacramento e na Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas.

No início de 1962 mudou-se para São Paulo, ainda como funcionário do Banco do Brasil, onde também passou a lecionar aquelas duas matérias em colégios da região do ABC. Era considerado excelente poeta e contista. Ingressou logo depois na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP, passando então a engajar-se crescentemente na militância política. Foi diretor da Casa do Estudante, localizada na avenida São João, que abrigava alunos de sua faculdade. Vem de uma testemunha inesperada – o filósofo e articulista Olavo de Carvalho – o depoimento de que, nessa época da Casa do Estudante, João Leonardo realizou excelentes duetos musicais com Arno Preis, que foi morto em fevereiro de 1972 e também pertencia ao MOLIPO, conforme já registrado neste livro-relatório.

João Leonardo cursava o último ano de Direito e já integrava a ALN (Agrupamento Comunista de São Paulo), quando foi preso pelo DOPS, no final de janeiro de 1969, no fluxo de prisões de militantes da VPR que mantinham contato com a organização de Marighella. O mesmo Olavo de Carvalho já escreveu mencionando as brutais torturas a que foi submetido o seu amigo daquela época. Os órgãos de segurança acusavam João Leonardo de participar do Grupo Tático Armado dessa organização guerrilheira, tendo participado em 10/08/1968 do rumoroso assalto a um trem pagador na ferrovia Santos-Jundiaí, bem como de outras operações armadas. Foi, inclusive, indiciado no inquérito policial que apurou a execução do oficial do exército norte-americano Charles Chandler, em 12/10/1968, embora não seja apontado como participante direto do comando que realizou a ação.



Em setembro de 1969, com o sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, João Leonardo foi um dos 15 presos políticos libertados e enviados para o México, oficialmente banidos do País. Transferiu-se para Cuba e recebeu treinamento militar naquele país, onde se alinhou com o grupo dissidente da ALN que gerou o MOLIPO.

Retornou ao Brasil em 1971, se estabelecendo numa pequena localidade rural de Pernambuco, São Vicente, que era distrito de Itapetim, sertão do Pajeú, quase divisa com a Paraíba. Raspou totalmente a cabeça e era conhecido como Zé Careca. Tornou-se lavrador, tendo adquirido um pequeno sítio onde trabalhava. Gostava muito de caçar e era exímio atirador. Era muito querido na região e, como tinha habilidades artesanais, fazia brinquedos com que presenteava as crianças. Foi um dos poucos sobreviventes entre os militantes que tentaram construir bases rurais do MOLIPO, entre 1971 e 1972, tanto no oeste da Bahia quanto no norte de Goiás, território atual do Tocantins. Quando pressentiu que podia ser identificado na região de São Vicente, mudou-se para o interior da Bahia, onde terminaria sendo localizado e morto em junho de 1975, ano em que o MOLIPO e a ALN já não existiam mais e João Leonardo buscava sobreviver e trabalhar. Num choque com agentes policiais que, ainda hoje, é recoberto por densa camada de mistério e informações desencontradas, foi executado por agentes da Polícia Militar da Bahia em Palmas de Monte Alto, entre Malhada e Guanambi, no sertão baiano, margem direita do rio São Francisco, divisa entre Bahia e Minas.

Seu caso foi o último episódio a confirmar a existência de uma verdadeira sentença de pena de morte extrajudicial, decretada pelos órgãos de segurança para todos os banidos que retornassem ao Brasil com a intenção de retomar a luta contra o regime.



DERMEVAL DA SILVA PEREIRA (1945–1973)

Número do processo: 130/96

Filiação: Francisca das Chagas Pereira e Carlos Gentil Pereira

Data e local de nascimento: 16/02/1945, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 28/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Salvador, Dermeval concluiu o curso secundário em um Colégio Estadual daquela capital e, em 1965, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde foi diretor do Centro Acadêmico. Em 1969, foi expulso da Universidade por força do Decreto 477. Transferiu-se então para a Universidade Católica do Salvador, concluiu o curso e passou a trabalhar como advogado. Em 1971 foi processado e condenado à revelia pela Auditoria Militar de Salvador por sua atuação política. Depois disso, já militando no PCdoB, foi viver clandestinamente na região do Araguaia, estabelecendo-se na localidade chamada Metade, integrado ao Destacamento A da guerrilha, onde era conhecido como João Araguaia.

Em A Ditadura Escancarada, escreve o jornalista Elio Gaspari: “João Araguaia, que participara do ataque ao posto da PM e escapara da emboscada em que morrera André Grabois, partira à frente de um dos cinco grupos formados no dia 30 de dezembro. Provavelmente no final de janeiro, a sorte protegeu-o de novo. Foi com o guerrilheiro Manoel (Rodolfo de Carvalho Troiano) à casa de um lavrador para devolver-lhe o filho Sebastião, que acompanhara a guerrilha. Continuava robusto, vestia bermudas e carregava uma submetralhadora. O pai do menino foi para a Bacaba e avisou os militares. Voltou com doze soldados. Guiados por Sebastião, entraram na mata, e deu-se um tiroteio. Manoel, ferido, foi morto com um tiro na cabeça. Tempos depois, magro, amarelado e cabeludo, João pediu a um lavrador que o entregasse ao Exército. Foi metralhado na Bacaba”.

O relatório assinado em 28/01/2002 pelos procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr. anota seu nome entre as pessoas que foram vistas presas, conforme depoimentos colhidos por eles na região em 2001: “João Araguaia: Dermeval Da S. Pereira, que se entregou ao Exército na casa de um depoente após intermediação de Luiz Garimpeiro. Foi visto por outro depoente na base da Bacaba, quando estaria sendo transferido para Marabá. Teria sido morto por ter jogado um copo d’água em um militar”.



Segundo depoimento prestado por José da Luz Filho, também morador da região, Dermeval teria sido preso na casa de uma moradora da região do Araguaia, de nome Nazaré Rodrigues de Sousa. O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa registra que “Dermeval foi morto em 28 de março de 1974”. Hugo Studart, em A Lei da Selva faz referência a depoimentos da população dando conta de que teria sido preso e depois fuzilado no DNER de Marabá. Informa também que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente do combate à guerrilha, aponta sua morte como ocorrida em janeiro de 1974.



ISRAEL TAVARES ROQUE (1929-1964/1967)

Número do processo: 348/96

Filiação: Lygia Violeta Tavares Roque e Lydio José Roque

Data e local de nascimento: 03/01/1929, Nazaré (BA)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: Entre 1964 e 1967, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes, com pedido de vistas de Nilmário Miranda

Deferido em: 15/05/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 20/05/1997

A primeira prisão de Israel aconteceu ainda na década de 50, mais precisamente no dia 31/07/1953, quando trabalhava no jornal O Momento, órgão do PCB na Bahia. Já no segundo semestre de 1964, Israel seria detido por um policial baiano, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e conduzido a uma delegacia que funcionava na estação. Seu irmão Peres o procurou lá, mas disseram que Israel não se encontrava naquela delegacia. Depois disso, nunca mais foi visto.

No primeiro exame feito na CEMDP, o relator registrou a certeza da militância política de Israel no PCB da Bahia, motivo que o levava a ser preso na década de 50. Mas pediu indeferimento do processo, alegando não haver provas da última prisão, embora o irmão afirmasse que Israel fora detido em 15/11/1964, próximo à Central do Brasil, pelo mesmo policial que o prendera em Salvador, e por mais quatro agentes.

Houve pedido de vistas ao processo e foi realizada diligência para reunir provas a favor do pedido da família de Israel. No Arquivo Público do Rio de Janeiro, onde estão as fichas do extinto DOPS, foram encontrados documentos referentes a ele: um relatório de 18/5/1955, expedido pela polícia pernambucana, afirmando que Israel era um dos principais dirigentes comunistas do Comitê Municipal de Salvador; documento com data de 13/9/1957 fazendo referência ao relatório de 18/5/1955, da polícia pernambucana. E, por último, documento

de 23/2/1958, que afirmava a existência de um relatório de janeiro de 1957, da polícia de Pernambuco, sobre o militante comunista e membro dirigente do Comitê Municipal de Salvador.

No parecer, o revisor indicou que os documentos mostram que Israel continuou trabalhando no jornal O Momento e militando no PCB, sendo vigiado pela polícia política. Levou também em consideração as declarações de algumas pessoas, entre elas a professora Sônia de Alencar Serra, da Universidade Federal da Bahia, que serviram para comprovar a militância de Israel no PCB depois de 1953. Colheu, ainda, o depoimento de um capitão-de-fragata, amigo de um colega do requerente, informando que, na época, a pedido de seu amigo, buscou informações sobre Israel e que ele não teria sido preso pela Marinha, Exército ou Aeronáutica, e, sim, pela polícia política da Bahia, que informou ao DOPS do Rio que faria uma diligência no estado para prender Israel. Esse depoente dá como data da prisão “2º semestre de 1967”. A CEMDP seguiu o voto pelo deferimento do pedido.



.....

INOCÊNCIA PEREIRA ALVES (? - 1967)

Nº do processo: 156/04 e 129/96

Data e local de nascimento: Feira de Santana (BA)

Filiação: Hemenegildo Pereira Valee e Cecília Pereira Valee

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 1967

Relatores: Nilmário Miranda e Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 9/11/2006

.....

Militante político do PCB desde 1945. Ajudou a fundar o Sindicato dos Alfaiates em Feira de Santana, na Bahia. Foi preso em março de 1964 pelo Batalhão de Polícia Militar de Feira de Santana. Morreu em 1967 como indigente em um albergue. O processo foi indeferido porque não foi localizada qualquer prova que pudesse estabelecer uma clara ligação entre a morte e sua prisão e tortura.

Observação: Após publicação do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, houve recurso e o processo de Inocência Pereira Alves foi deferido.



**JOÃO BISPO DE JESUS (1931 – 1964)**

Número do processo: 011/04

Nome: JOÃO BISPO DE JESUS

Data e local de nascimento: 04/01/1931, Santo Antônio de Jesus (BA)

Filiação: Maria Silvina de Jesus e José Simião de Jesus

Organização política ou atividade: Militar

Data e local do desaparecimento: não definida

Relator: Diva Santana

Indeferido em: 09/11/2006

A viúva de João Bispo, Zemira dos Santos, apresentou requerimento à CEMDP informando que ele foi preso, em dia e hora que não sabe precisar com exatidão, no mês de julho de 1964, encontrando-se desaparecido desde então. Ainda segundo ela, o fato ocorreu em Nova Iguaçu (RJ), onde Bispo era cabo da Marinha do Brasil e “desenvolvia atividades contrárias ao regime militar”. A CEMDP, depois de vários pedidos de informação, concluiu não haver nos autos nenhuma prova da militância política e nem de que a morte tenha sido de responsabilidade de agentes do Estado, indeferindo o pedido.

Observação: Após publicação do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, houve recurso e o processo de João Bispo de Jesus foi deferido.

**JOSÉ ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO (1949 – 1976)**

Número do processo: 159/04

Data e local de nascimento: 27/06/1949, Canavieiras (BA)

Filiação: Maria da Conceição

Organização política ou atividade:

Data e local da morte: 05/08/1976, Brasília (DF)

Relator: João Batista Fagundes

Indeferido em: 30/08/2006

Policia Militar do Distrito Federal, faleceu em 05/08/1976, no pátio da 4ª Delegacia de Polícia da capital federal. Segundo a requerente, ele temia por sua integridade física. O exame realizado pela CEMDP levou à conclusão de que José Antônio morreu em um acidente de trânsito sem nenhuma ligação com qualquer tipo de violência policial, o que resultou em indeferimento do pedido.

Observação: Caso indeferido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

**ABDON DA SILVA SANTOS (1913 - 1964)**

Número do processo: 103/03

Filiação: Florentina da Silva Santos e João Silvestre Santos

Data e local de nascimento: 1926, em Santo Antônio (BA)

Organização política ou atividade: sindicalista

Data e local do desaparecimento: 1964, Porto Alegre (RS)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 2/2/2006

Ivelise Ângela Soares Santos, filha de Abdon da Silva Santos, foi quem requereu à CEMDP o reconhecimento do pai como desaparecido político. No entanto, o pedido foi indeferido pela inexistência de documentação comprobatória dos fatos relatados. A CEMDP não teve êxito nas investigações nos diferentes órgãos públicos, inclusive a ABIN. Segundo a requerente, sua mãe, Antonieta Dionísia Soares Santos, teria lhe contado que a última vez que viu seu pai foi na cidade de Porto Alegre, um mês antes da deposição do presidente da República, João Goulart. Na ocasião, Santos se mostrou bastante preocupado com os rumos políticos do País e teria previsto a reação dos militares golpistas. Em consequência disso, teria recomendado que a esposa fosse para a Bahia e ficasse junto com os familiares. Antonieta foi e nunca mais viu Santos.

Sobre Abdon da Silva Santos há poucas informações. Ele se casou com Antonieta Dionísia Soares Santos, em 18/4/1959, quando estaria com 33 anos de idade. Teria nascido no ano de 1926, em Santo Antônio, no Estado da Bahia, filho de Florentina da Silva Santos e de João Silvestre Santos. Era funcionário da Marinha Mercante do Brasil e, pelo engajamento político, passou a integrar o Sindicato dos Marítimos da Companhia, elegendo-se Delegado Sindical. Este fato o teria aproximado do presidente da República, João Goulart, com quem passou a ter contatos frequentes.

Observação: Caso indeferido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.



Mortos e Desaparecidos no Brasil

Alvino Ferreira Felipe
 Antônio José dos Reis
 Geraldo da Rocha Gualberto
 José Isabel do Nascimento
 Sebastião Tomé da Silva
 João Pedro Teixeira
 Angelina Gonçalves
 Jonas José de Albuquerque Barros
 Ivan Rocha Aguiar
 Augusto Soares da Cunha
 Otávio Soares Ferreira da Cunha
 Labibe Elias Abduch
 Alfeu de Alcântara Monteiro
 Antogildo Pascoal Viana
 Edu Barreto Leite
 José de Souza
 Carlos Schirmer
 Pedro Domiense de Oliveira
 Manuel Alves de Oliveira
 Pérciles Gusmão Régis
 Benedito Pereira Serra
 Dilermano Mello do Nascimento
 João Alfredo Dias
 Pedro Inácio de Araújo
 Israel Tavares Roque
 Divo Fernandes de Oliveira
 Elvaristo Alves da Silva
 Leopoldo Chiapetti
 Severino Elias de Mello
 Darcy José dos Santos Mariante

Manoel Raimundo Soares
 Milton Soares de Castro
 Lucindo Costa
 Luiz Gonzaga dos Santos
 Edson Luiz Lima Souto
 David de Souza Meira
 Jorge Aprígio de Paula
 Ornalino Cândido da Silva
 Fernando da Silva Lembo
 Manoel Rodrigues Ferreira
 José Guimarães
 Luiz Paulo da Cruz Nunes
 Cloves Dias Amorim
 Luiz Carlos Augusto
 Catarina Helena Abi-Eçab
 João Antonio Santos Abi-Eçab
 Marcos Antônio Bráz de Carvalho
 Hamilton Fernando Cunha
 Higino João Pio
 João Lucas Alves
 Paulo Torres Gonçalves
 Nelson José de Almeida
 Severino Viana Colou
 Padre Antônio Henrique Pereira Neto
 Reinaldo Silveira Pimenta
 Carlos Roberto Zanirato
 Geraldo Bernardo da Silva
 Fernando Borges de Paula Ferreira
 João Domingues da Silva
 José Wilson Lessa Sabbag



Sérgio Roberto Corrêa

Ishiro Nagami

Roberto Cietto

Luiz Fogaça Balboni

Virgílio Gomes da Silva

João Roberto Borges de Souza

Eremias Delizoicov

Carlos Marighella

Chael Charles Schreier

Wlademiro Jorge Filho

Marcos Antônio da Silva Lima

Mário Alves de Souza Vieira

Carlos Antunes da Silva

Abelardo Rausch de Alcântara

José Roberto Spiegner

Antônio Raymundo de Lucena

Cassimiro Luiz de Freitas

Avelmar Moreira de Barros

Dorival Ferreira

José Idésio Brianezi

Juarez Guimarães de Brito

Joelson Crispim

Ângelo Cardoso da Silva

Norberto Nehring

Roberto Macarini

Olavo Hansen

Alceri Maria Gomes da Silva

Antônio dos Três Reis de Oliveira

Marco Antônio Dias Baptista

Antônio Bem Cardoso

Silvano Soares dos Santos

Eiraldo de Palha Freire

Lucimar Brandão Guimarães

José Maria Ferreira de Araújo

Jorge Leal Gonçalves Pereira

Joaquim Câmara Ferreira

Ary Abreu Lima da Rosa

Edson Neves Quaresma

Yoshitane Fujimori

Eduardo Collen Leite

Celso Gilberto de Oliveira

Raimundo Eduardo da Silva

Aldo de Sá Brito Souza Neto

Rubens Beirodt Paiva

Aderval Alves Coqueiro

Odijas Carvalho de Souza

José Dalmo Guimarães Lins

Antônio Joaquim de Souza Machado

Carlos Alberto Soares de Freitas

Raimundo Nonato Paz

Joel Vasconcelos Santos

Maurício Guilherme da Silveira

Gerson Theodoro de Oliveira

Mário de Souza Prata

Marilena Villas Boas Pinto

Devanir José de Carvalho

Abílio Clemente Filho

Dimas Antônio Casemiro

Joaquim Alencar de Seixas

Raimundo Gonçalves de Figueiredo

Aluízio Palhano Pedreira Ferreira

Stuart Edgar Angel Jones

Ivan Mota Dias

Dênis Casemiro

Mariano Joaquim da Silva	Kléber Lemos da Silva
José Gomes Teixeira	Idalísio Soares Aranha Filho
Luiz Almeida Araújo	Miguel Pereira dos Santos
Walter Ribeiro Novaes	Francisco Manoel Chaves
Heleny Ferreira Telles Guariba	José Toledo de Oliveira
Paulo de Tarso Celestino da Silva	Antônio Carlos Monteiro Teixeira
Luiz Eduardo da Rocha Merlini	Helenira Resende de Souza Nazareth
José Raimundo da Costa	Ciro Flávio Salazar de Oliveira
Francisco das Chagas Pereira	João Carlos Haas Sobrinho
Raul Amaro Nin Ferreira	Manoel José Nurchis
Iara Iavelberg	Rosalindo de Souza
Epaminondas Gomes de Oliveira	André Grabois
Amaro Luiz de Carvalho	Antônio Alfredo de Lima
Luiz Antonio Santa Bárbara	João Gualberto Calatrone
Otoniel Campos Barreto	Divino Ferreira de Souza
Carlos Lamarca	Lúcia Maria de Souza
José Campos Barreto	Arildo Airton Valadão
Antônio Sérgio de Mattos	Adriano Fonseca Filho
Eduardo Antonio da Fonseca	Jaime Petit da Silva
Manuel José Nunes Mendes de Abreu	Antônio Guilherme Ribeiro Ribas
Felix Escobar	Tobias Pereira Júnior
Aylton Adalberto Mortati	Marcos José de Lima
José Roberto Arantes de Almeida	Maurício Grabois
Francisco José de Oliveira	Gilberto Olímpio Maria
Flávio Carvalho Molina	Paulo Mendes Rodrigues
Nilda Carvalho Cunha	Guilherme Gomes Lund
José Milton Barbosa	Liberio Giancarlo Castiglia
Carlos Eduardo Pires Fleury	Paulo Roberto Pereira Marques
Luiz Hirata	Orlando Momente
Lourival Moura Paulino	Luiz Vieira
Bergson Gurjão Farias	Nelson Lima Piauhy Dourado
Maria Lúcia Petit da Silva	Jana Moroni Barroso



Maria Célia Corrêa	Lázaro Peres Nunes
Rodolfo de Carvalho Troiano	Benedito Ferreira Alves
Hélio Luiz Navarro de Magalhães	Joaquim de Sousa
Vandick Reidner Pereira Coqueiro	Luís Dias de Andrade
Luiz Renê Silveira e Silva	Manoel Pereira Marinho
José Lima Piauhy Dourado	Pedro Souza Milhomem
Custódio Saraiva Neto	Joaquim de Oliveira dos Santos
Antônio Theodoro de Castro	Clóvis Ribeiro dos Santos
Cilon da Cunha Brum	José Ribeiro Dourado
Antônio de Pádua Costa	José Machado da Silva
José Huberto Bronca	Simão Pereira da Silva
Dermeval da Silva Pereira	Raimundo Nonato de Araújo
Dinaelza Santana Coqueiro	Antônio Borges dos Santos
Oswaldo Orlando da Costa	Antônio Alfredo Lima
Antônio Ferreira Pinto	Francisco Amaro Lins
Uirassu Assis Batista	Frederico Lopes
Lúcio Petit da Silva	José Vieira de Almeida
Elmo Corrêa	Juarez Rodrigues Coelho
Luiza Augusta Garlippe	Lourival Moura Paulino
Áurea Eliza Pereira	Luiz Vieira de Almeida
Daniel Ribeiro Callado	Luiz Viola
Dinalva Oliveira Teixeira	Marco Aurélio de Freitas Lisbôa
Pedro Carretel	Marcos José de Lima
Pedro Alexandrino de Oliveira Filho	Pedro Pereira de Souza
Suely Yumiko Komaiana	Ruy Carlos Vieira Berbert
Telma Regina Cordeiro Corrêa	Hiroaki Torigoe
José Maurílio Patrício	Jeová Assis Gomes
Walquíria Afonso Costa	Alex de Paula Xavier Pereira
Antônio Araujo Veloso	Gelson Reicher
Luís dos Santos	Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão
João Pereira da Silva	Hélcio Pereira Fortes
Sebastião Vieira Gama	Ísis Dias de Oliveira

Paulo César Botelho Massa	Antônio Benetazzo
Hamilton Pereira Damasceno	João Carlos Cavalcanti Reis
Arno Preis	Aurora Maria Nascimento Furtado
Frederico Eduardo Mayr	Lincoln Cordeiro Oest
Lauriberto José Reyes	Fernando Augusto da Fonseca
Alexander José Ibsen Voerões	Getúlio de Oliveira Cabral
Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides	José Bartolomeu Rodrigues de Souza
Miriam Lopes Verbena	José Siltón Pinheiro
Ezequias Bezerra da Rocha	Lourdes Maria Wanderley Pontes
Antônio Marcos Pinto de Oliveira	Valdir Sales Sabóia
Lígia Maria Salgado Nóbrega	Carlos Nicolau Danielli
Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo	Luiz Ghilardini
Wilton Ferreira	Soledad Barret Viedma
Antônio Carlos Nogueira Cabral	Pauline Philipe Reichstul
Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter	Eudaldo Gomes da Silva
Paulo Guerra Tavares	Evaldo Luiz Ferreira de Souza
Grenaldo de Jesus da Silva	Jarbas Pereira Marques
Ana Maria Nacinovic Correa	José Manoel da Silva
Iuri Xavier Pereira	Anatália de Souza Melo Alves
Marcos Nonato da Fonseca	José Mendes de Sá Roriz
Boanerges de Souza Massa	Lincoln Bicalho Roque
Paulo Costa Ribeiro Bastos	Arnaldo Cardoso Rocha
Sérgio Landulfo Furtado	Francisco Emmanuel Penteadó
Ismael Silva de Jesus	Francisco Seiko Okama
Célio Augusto Guedes	Alexandre Vannucchi Leme
José Julio de Araújo	James Allen da Luz
Luiz Eurico Tejera Lisboa	Ronaldo Mouth Queiroz
Severino Fernandes da Silva	Merival Araújo
José Inocêncio Barreto	Márcio Beck Machado
Amaro Felix Pereira	Maria Augusta Thomaz
Esmeraldina Carvalho Cunha	Edgard de Aquino Duarte
Juan Antônio Carrasco Forrastal	José Porfírio de Souza



Durvalino Porfírio de Souza	Ieda Santos Delgado
Luiz José da Cunha	Ana Rosa Kucinski Silva
Helber José Gomes Goulart	Wilson Silva
Henrique Cintra Ferreira de Ornellas	Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto
Manoel Aleixo da Silva	Issami Nakamura Okano
Emmanuel Bezerra dos Santos	Ruy Frazão Soares
Manoel Lisbôa de Moura	Daniel José de Carvalho
Paulo Stuart Wrigth	Enrique Ernesto Ruggia
Umberto de Albuquerque Câmara Neto	Joel José de Carvalho
Honestino Monteiro Guimarães	José Lavecchia
Wânio José de Mattos	Onofre Pinto
Almir Custódio de Lima	Vitor Carlos Ramos
Ramires Maranhão do Valle	Edmur Péricles Camargo
Ranúzia Alves Rodrigues	Frei Tito de Alencar Lima
Vitorino Alves Moitinho	Jane Vanini
Gildo Macedo Lacerda	Hiran de Lima Pereira
José Carlos Novaes da Mata Machado	Jayme Amorim de Miranda
Caiupy Alves de Castro	Nestor Vera
Sônia Maria de Moraes Angel Jones	Itair José Veloso
Antônio Carlos Bicalho Lana	João Leonardo da Silva Rocha
Miguel Sabat Nuet	Alberto Aleixo
José Carlos da Costa	José Ferreira de Almeida
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano	José Maximino de Andrade Netto
João Batista Rita	Armando Teixeira Frutuoso
Joaquim Pires Cerveira	Pedro Jerônimo de Sousa
Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira	José Montenegro de Lima
Eduardo Collier Filho	Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior
David Capistrano da Costa	Vladimir Herzog
José Roman	Élson Costa
João Massena Melo	Neide Alves dos Santos
Luiz Ignácio Maranhão Filho	Manoel Fiel Filho
Walter de Souza Ribeiro	Francisco Tenório Cerqueira Júnior

Zuleika Angel Jones	Inocência Pereira Alves
Jorge Alberto Basso	José Feliciano da Silva
Maria Auxiliadora Lara Barcellos	Taudelino da Rocha Correa
Massafumi Yoshinaga	João de Carvalho Barros
João Bosco Penido Burnier	Nelson Corrêa de Oliveira
Ângelo Arroyo	João Bispo de Jesus
João Batista Franco Drumond	Tércio Tavares de Melo
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar	Walter Diniz
Zelmo Bosa	Geraldo Silveira Rodrigues
Lourenço Camelo de Mesquita	Luiz Mário Reynolds
Therezinha Viana de Assis	Hiroshi Yamagushi
Manoel Custódio Martins	Alvino Hagel
Adauto Freire da Cruz	Iguatemi Zuchi Teixeira
Orocílio Martins Gonçalves	Venceslau Ramalho Leite
Benedito Gonçalves	Mário Cosel Rodrigues
Santo Dias da Silva	João Batista Nunes Machado
Lyda Monteiro da Silva	Rubem Brandão da Silva
Solange Lourenço Gomes	Sebastião Gomes dos Santos (Sebastião Gomes da Silva)
Gustavo Buarque Schiller	José Fernandes de Menezes
Nativo Natividade de Oliveira	Robson Antônio Gomes Viana
Norberto Armando Habegger	Paulo Ventura
Horacio Domingo Campiglia	Kurt Kriegel
Monica Susana Pinus de Binstock	Rodolfo Soares Pinheiro
Lorenzo Ismael Viñas	Francisco Alves Cabral
Jorge Oscar Adur	Alexandre Soares de Oliveira
Liliana Inês Goldemberg	Cícero Costa Nunes
Antônio Benedito Cordeiro	Acediro Ribeiro Maciel
Abdon da Silva Santos	José Armando Rodrigues
Ari Lopes de Macedo	Dario Gilberto Goñi Martinez
Alcides João da Silva	Zil Diniz Webster
José Arruda Alencar	Gérson Bezerra Lima
Oltimar Dutra da Rosa	



Doralice Ferreira	Raimundo Fernandes do Carmo
Eliane Canedo Guimarães dos Santos	Miguel Joaquim Carvalho
Abelardo Costa	Joana Lúcia Silva Santos
Carlos Alberto Maciel Cardoso	João Gomes da Silva
Vitor Luís Papandreu	Jones Borges do Nascimento
Antônio Expedito Carvalho Perera	Jayme Araújo
Hanseclever de Souza	Raimundo de Santana Machado
Juarez Monção Viotte	Terezino Lopes dos Santos
Hércules de Oliveira Soares	Mário Renniê Entrala
Wanderlei de Oliveira	Pedro Paulo Bretas
Roberto Ribeiro de Souza	Agrício Barreto de Queiroz
Nilton Viggiano	Onofre Ilha Dornelles
José Luciano Franco Tibúrcio	Diógenes de Arruda Câmara
João Fortunato Vidigal	Eduardo Licarião de Sá Roriz
Antoniél Queiroz	Osório Rodrigues da Silva
Luiz Alberto Pinto Arébaló	João Ferreira de Macedo Sobrinho
Carlos Lima Aveline	Jayme Goifman
Manoel Bezerra Sobrinho	
João Ferreira de Macedo Sobrinho	
Antônio Hernandes	
Odair José Brunocilla	
Flávio Ferreira da Silva	
Manoel Gomes da Silva	
José Antônio da Conceição	
José Alves da Rocha	
Ivan Gomes	
Cláudio Paredes	
João José Rodrigues	
Luiz Antônio Ferreira Nogueira	
Cleide Maria Ferreira Nogueira	
Alberi Vieira dos Santos	
Alexandre Von Baumgarten	



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE
CULTURA



Secretaria de
Direitos Humanos

